

ALEXANDRE OLSEMANN

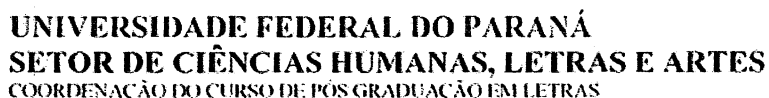
**A AMBIGUIDADE SEMÂNTICA DO COLETIVO EM PROCESSOS DE
REFERENCIAÇÃO**

**Dissertação apresentada ao Curso de
Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
da Universidade Federal do Paraná como
requisito parcial para obtenção de título
de mestre em linguística.**

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Teresa Cristina
Wachowicz**

CURITIBA

2007




Dr.^a Teresa Cristina Wachowicz

Dr.^a Roberta Pires de Oliveira


Dr.^a Iara Bemquerer Costa

Alexandre Olsemann



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

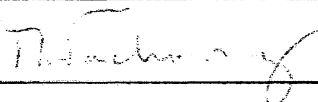


PARECER

Defesa de dissertação do mestrando ALEXANDRE OLSEMANN para obtenção do título de **Mestre em Letras**.


As abaixo assinadas TERESA CRISTINA WACHOWICZ, ROBERTA PIRES DE OLIVEIRA e IARA BEMQUERER COSTA argüiram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a dissertação:

“A AMBIGÜIDADE SEMÂNTICA DO COLETIVO EM PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO”

Procedida a argüição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
TERESA CRISTINA WACHOWICZ		Aprovado
ROBERTA PIRES DE OLIVEIRA		Aprovado
IARA BEMQUERER COSTA		Aprovado

Curitiba, 22 de agosto de 2007 .


Prof.^a Dr.^a Raquel Illescas Bueno
Coordenadora em exercício

Dedico este trabalho às minhas mulheres,
Fabielle Gineste Olseman e Carolina Gineste Olseman.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos familiares que me acompanharam nessa jornada, em especial aos meus pais, Carlos Edison Olseman e Telma Olseman, e à minha sogra, Ruth do Nascimento Gineste.

À minha orientadora, Teresa Cristina Wachowicz, que cuidadosamente me direcionou a caminhos interessantes.

Às professoras que participaram da banca para qualificação, Iara B. Costa e Maria José Foltran, pela contribuição decisiva para esta dissertação.

Ao professor José Borges Neto, pelas críticas atribuídas ao resumo e à apresentação deste trabalho, atuando como debatedor na Semana de Teses e Dissertações (2006).

Aos meus colegas de mestrado, Shirley Orácio de Góis Hartmann e Roberlei Bertucci, pelos grandes auxílios para a conclusão deste trabalho e principalmente pela amizade sempre presente.

Ao meu amigo, secretário da pós-graduação em letras, Odair, pelo incentivo e pela paciência em me atender durante esses anos.

SUMÁRIO

Resumo	IV
Abstract	VI
Introdução	01
CAPÍTULO 1. TERMOS COLETIVOS	05
1.1 Os coletivos nas gramáticas tradicionais e algumas classificações.....	05
1.2 A determinação dos indivíduos que compõem um coletivo.....	09
1.3 Grupos	10
1.4 A questão da silepse.....	11
CAPÍTULO 2. ABORDAGEM TEXTUAL	14
2.1 Diferença de objeto de estudo em linguística: frase e texto	15
2.2 A referência dos termos sob o viés da LT	19
2.3 Anáforas	22
2.3.1 Anáfora direta	23
2.3.1.1 Tipos de anáfora próximos à AD	25
2.3.2 Anáfora indireta – aspectos gerais	27
2.3.2.1 Para uma classificação da anáfora indireta	30
2.3.3 Anáfora associativa	37
CAPÍTULO 3. ANÁLISE SEMÂNTICA	43
3.1 Inferências	44
3.2 Denotação	46
3.3 Sentido	48
3.4 Referência	52
3.5 Um modelo para os coletivos	57
3.5.1 Teoria dos reticulados aplicada aos termos coletivos – Link (1983) .	59
3.5.2 Noção de grupo para Landmann (1989)	64
3.6 Intersecção com a LT	69
CAPÍTULO 4. ANÁLISE DE TEXTOS SOB A PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA TEXTUAL E DA SEMÂNTICA REFERENCIAL	73
4.1 Notícia	73
4.2 Reportagem	76

4.3 Artigos esportivos	79
4.4 Artigos de opinião	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	89

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar termos coletivos em processos anafóricos em textos jornalísticos. Nesse processo, mais especificamente quando o referente é singular, e a anáfora, plural (o inverso também é válido), o coletivo revela uma ambiguidade funcional: parte dele é plural e parte singular. O presente estudo compõe-se de um duplo viés, em que, por um lado, adota-se a linguística textual (LT), de modo a visitar vários campos de estudo constantes nessa área. Com base nos estudos de Marcuschi (2003), Cavalcante (2003) e Kleiber (2001), busca-se compreender questões textuais (referência, introdução e recuperação de termos e anáfora), denominadas de referenciação em LT, especialmente a classificação de anáfora que permeia esse processo. Paralelamente, o estudo utiliza-se de questões da semântica referencial para explicar a questão da ambiguidade semântica dos coletivos, levando em consideração questões próprias dessa área como um modelo de referência dos indivíduos no mundo de Lyons (1977). Além disso, utiliza-se de um modelo formal, através da teoria matemática do reticulado, com base em Link (1983) e Landmann (1989), procurando delimitar a relação contável que um termo coletivo tem com uma respectiva anáfora. O objetivo é o de caracterizar onde (LT) e como (SR) ocorre esse fenômeno. Os dados foram coletados de textos jornalísticos dos jornais da *Gazeta do Povo* (PR) e *Folha de São Paulo* (SP), compondo um corpus de 80 textos, sendo que os gêneros adotados foram textos de opinião (19), notícia (10), reportagem (8), esportivos (25), editorial (8) e carta ao leitor (8).

ABSTRACT

This work has as objective to analyze anaphoric processes of collective terms in journalistic texts. In this process, when the referring one is singular and the anaphora, more specifically plural (the inverse one also is valid), the collective one presents ambiguity semantics: part is plural and has left singular. This paper it is composed in a double bias, where, on the other hand, it is adopted literal linguistic (LT), in order to visit some studies that compose this area, searching to understand questions literal (reference, introduction and recovery of terms and anaphora), called of referencing in LT, especially of the classification of indirect anaphora of Marcuschi (2003) that permeia this process. Parallel, it is used of questions of the referential semantics to explain the question of the ambiguity semantics of the collective ones, taking in consideration proper questions of this area as a model of reference of the individuals in the world of Lyons (1977). Moreover, it is effected of a formal model, through the mathematical theory of the reticulado one, on the basis of Link (1983) and Landmann (1989), the contável relation that a collective term has with a respective anaphora. The objective is to characterize where (LT) and as (MR) this phenomenon occurs. The data had been collected of journalistic texts of periodicals of the Gazeta do Povo (PR) and Folha de São Paulo (SP), composing a corpus of 80 texts, which if make use in opinion texts (19), notice (10), news article (8), esportivos (25), editorial (8) and letter to the reader (8).

INTRODUÇÃO

Um estudo da linguagem que se efetive por motivações discursivas aliadas a motivações formais pode ser bastante abrangente e produtivo. Segundo Franchi (1977), uma teoria linguística deveria abranger, por um lado, condições discursivas efetivas e concretas de linguagem e, por outro, questões gramaticais propriamente ditas. O presente texto não se iniciou com uma proposta linguística baseada na de Franchi, contudo se deparou com uma questão de análise que se evidencia discursivamente, como uma estratégia textual, a qual se explica por meio de uma teoria semântica. Há assim parte do estudo que é envolvida em questões discursivas de linguagem e outra parte tomada por questões semânticas puras.

O principal objetivo deste trabalho é desenvolver um estudo sobre termos coletivos quando recuperados anaforicamente em processo de referenciação textual. A hipótese é de que termos coletivos estão envolvidos em um processo de ambiguidade: parte do termo é singular e parte é plural. Isso ocorre em processos anafóricos em que o referente é singular e a anáfora é plural (o inverso também é válido). Pretendemos que um estudo a respeito desse caso traga importantes contribuições tanto na área discursiva como na formal.

A sentença (1) exemplifica o caso de nossa pesquisa:

(1) **A equipe médica** se reuniu ontem. **Eles** tiveram muita divergência de ideias.

Para explicar esse fenômeno anafórico, optamos por um duplo viés: por um lado adotamos a linguística textual (doravante, LT) como referencial teórico, com o intuito de classificar a anáfora e apresentar questões textuais gerais como a inserção e a recuperação de elementos discursivos. Paralelamente, utilizamos a semântica referencial (doravante, SR) para explicar esse processo, assim como, de um modo formal, por meio da teoria matemática do reticulado, podemos visualizar o(s) conjunto(s) de indivíduo(s) que há dentro do coletivo.

Contudo, há aqui um problema de incompatibilidade dessas teorias no que se refere à tentativa de querer responder a algumas questões linguísticas que seriam pertinentes a esta pesquisa. Termos como, por exemplo, *referência* e *anáfora*, são entendidos singularmente nessas duas áreas, necessitando de um tratamento e de uma especificação direcionados a esses dois paradigmas, em razão de eles terem focos diferentes para análises da linguagem. Desse modo, com o intuito de dar conta desse problema, procuramos adotar, ao máximo possível, duas vertentes distintas e independentes: uma análise textual (discursiva) e uma análise formal. Depois de evidenciadas as características em cada viés, finalmente propomos algumas intersecções entre as teorias.

Desse modo, parte de nossa análise será a respeito da questão anafórica (visão da LT) tomando por base os pressupostos da LT, e parte abrangerá a questão da ambiguidade semântica que o coletivo apresenta nesse processo, em uma abordagem de SR, procurando, com isso, testar a hipótese contida neste texto.

A pesquisa também recorre, quando necessário, a um breve panorama histórico a respeito dessas áreas linguísticas, para, na verificação do desenvolvimento científico da área, tentar entender como podemos criar pontos de intersecção entre as teorias.

O *corpus*, o qual foi coletado quinzenalmente de dois grandes jornais, *Gazeta do Povo* (PR) e *Folha de São Paulo* (SP), é composto por uma coletânea de textos jornalísticos. A intenção é analisá-la mediante análises formal e discursiva. Os textos de opinião (19), notícia (10), reportagem (8), esportivos (25), editorial (8) e carta do leitor (8) constituem um corpus total de oitenta (80) textos. Os esportivos e os textos de opinião (principalmente os direcionados ao governo) são os que têm mais amostragem em razão de que, inicialmente, em uma primeira análise desses textos, foi constatada uma maior recorrência do processo aqui pesquisado. Nos demais textos, houve poucas dessas representações, chegando muitas vezes a serem nulas.

No primeiro capítulo, denominado “Os termos coletivos”, há uma visão sobre termos coletivos com relação a como são vistos em gramáticas

tradicionais, procurando criar um panorama de como é tratado esse conceito nos manuais de língua portuguesa. Também será estudada a *silépse*, nome dado pelas gramáticas ao fenômeno de se recuperar um termo por anáfora plural, como visto em (1).

No segundo capítulo, “Abordagem discursiva”, focamos a teoria da LT, pois necessitamos da caracterização de algumas abordagens teóricas referentes aos fenômenos que compõem os textos, principalmente a referenciação. Nesse quadro, as anáforas têm grande importância, pois são o foco desse processo, sendo aqui classificadas, analisadas e discutidas. Essas relações de elementos referenciais são tratadas aqui como fundamentais para a tessitura do texto.

Os principais teóricos para a análise de questões da LT, principalmente de referenciação são: Mondada & Dubois (2003), Bronckart (2003), Ilari (2005), Marcuschi (2002, 2005), Koch (1983, 2005), Lopes (1983), Cavalcante (2003), Bentes (2001) e Kleiber (2001).

Já no terceiro capítulo, “Abordagem semântica”, utilizamos os recursos da semântica referencial para delimitar a explicação para esse processo de ambiguidade, enfocando também os processos inferenciais. Nesses ambientes já especificados, caracterizaremos as anáforas quanto à questão de referência de mundo possível para o licenciamento do coletivo.

Por meio de proposições inferenciais, uma teoria de semântica referencial abarcará fenômenos linguísticos que explicam a questão de singularidade e pluralidade do coletivo. Ao pensarmos em (1), temos a seguinte questão: os termos *equipe médica* e *eles* apresentam equivalência semântica? Qual é o processo de significação constituído para relacionarmos o termo antecedente e o pronome? Para isso, foi utilizada uma teoria referencial de semântica nominal, a teoria do reticulado, da qual se pode inferir o plural desses coletivos. Enfatizamos aqui que os termos *referência* e *anáfora* têm caracterização teórica diferenciada para a LT e a SR.

Para os estudos de semântica referencial (SR), tomamos como os principais nomes de apoio para o estudo os de Lyons (1977), Muller (2003), Link (1983) e Landmann (1989).

O último capítulo, “Análise de textos sob a perspectiva da LT e da SR”, tem como foco estudar amostras de textos do *corpus* levantado, de modo a ancorar as abordagens teóricas desenvolvidas nos primeiros capítulos. Depois, será apresentado um quadro-síntese, mostrando um panorama geral a respeito desses textos, mensurando os coletivos encontrados neles em referência.

A escolha por esse modelo de pesquisa concretizou-se em razão da possibilidade de estudo de um caso específico que nos permite levantar questionamentos e discussões pouco debatidas em linguística, além de proporcionar uma possível conexão de condições concretas de linguagem com questões gramaticais propriamente ditas (Franchi, 1977).

CAPÍTULO 1. TERMOS COLETIVOS

Este trabalho inicia-se com uma apresentação de como são tratados os coletivos em gramáticas tradicionais – os quais se caracterizam como uma subclasse dos substantivos. Mostramos, aqui, também que o fenômeno de ambiguidade semântica é visto por esses estudos tradicionais de diversos modos: como uma silepse, um desvio linguagem, uma concordância ideológica ou uma figura de sintaxe.

Assim, trazemos aqui um panorama de estudos referentes a coletivos com base em algumas gramáticas, mas somente utilizaremos três delas, para que nossa análise não se estenda demasiadamente. Os três manuais adotados são: *Moderna gramática da língua portuguesa* (1985), de Cunha e Cintra, *Nova gramática do português contemporâneo* (2001), de Bechara, e *Gramática normativa da língua portuguesa* (2003), de Rocha Lima.

1.1 Os coletivos nas gramáticas tradicionais e algumas classificações

Tradicionalmente são encontradas referências teóricas sobre coletivos em manuais de gramática, nos quais também constam as famosas listas desses nomes. Localizados em seção destinada a substantivos, são denominados, geralmente, de *substantivo coletivo*, sendo classificados, segundo Cunha e Cintra (1985, pág 172), por “substantivos comuns que, no singular, designam um conjunto de seres ou coisas da mesma espécie”.

Conforme especifica Lima (2003, p. 68), os coletivos dividem-se em dois tipos: os indeterminados e os determinados. Estes denotam o número de indivíduos que compõem um coletivo ou a sua qualidade, sendo considerados mais específicos do que os indeterminados. Os determinados subdividem-se, ainda, em coletivos numéricos, quando temos exatamente o número do conjunto coletivo, e em coletivos especiais, que remetem à ordem, a qualidade que o coletivo representa, como, por exemplo, *cardume*. Já com relação aos substantivos coletivos indeterminados, estes têm por característica não aludir “à quantidade dos seres de uma determinada coleção”, podendo ser gerais e partitivos. Assim, ainda conforme Lima

(2003, p. 68), “estes dizem-se gerais, se expressam um todo; exemplo: exército, que é a totalidade dos militares integrantes dessa Força Armada. E partitivos se expressam uma parte de um todo; exemplo: batalhão, que é parte do exército”. O esquema que segue esclarece a classificação proposta por Lima:

Indeterminados	{ Gerais. Ex.: Exército, sociedade, povo etc. Partitivos Ex.: batalhão, regimento, companhia etc.
Determinados	{ Numéricos. Ex.: Dúzia, quarteto, dupla, novena etc. Especiais. Ex.: Arquipélago, cardume, cambada, bando etc.

Dessas designações, podemos destacar que os coletivos determinados especiais são os mais exemplificados nesses manuais de língua portuguesa. Trazemos aqui a amostra apresentada por Rocha Lima (2003) a respeito de termos coletivos:

COLETIVOS

Alavão: de ovelhas leiteiras

Alcatéia: de lobos

Armento: de gado grande (búfalos, elefantes, etc.)

Arquipélago: de ilhas

Assembléia: de parlamentares, de membros de associações, companhias, etc.

Baixela: de objetos de servir à mesa

Banca: de examinadores, de advogados

Banda: de músicos

Bandeira: de garimpeiros, exploradores de minérios

Bando: de aves, de ciganos, de salteadores

Boana: de peixes miúdos

Cabido: de cônegos (como conselheiros de bispo)

Cacho: de uvas, de bananas

Cáfila: de camelos

Cambada: de caranguejos, de malvados, de chaves, etc.

Cancioneiro: de poesias, de canções

Caravana: de viajantes

Cardume: de peixes
Choldra: de assassinos, de malfeitores
Chusma: de pessoas da plebe, de criados
Clero: representa a classe dos sacerdotes
Conselho: de vereadores, de diretores, de juizes militares
Conciliábulo: de feiticeiros, de conspiradores
Concílio: de bispos
Conclave: de cardeais (para o fim exclusivo de eleger o Papa)
Congregação: de professores, de religiosos
Congresso: de senadores e deputados, de cientistas
Consistório: de cardeais (sob a presidência do Papa, para deliberar sobre interesses da igreja)
Constelação: de estrelas
Corja: de vadios
Elenco: de atores
Enxoval: roupas e mais objetos de noivas, colegiais, etc.
Esquadra: de navios de guerra
Esquadrilha: de aviões
Fato: de cabras
Fauna: conjunto dos animais de uma região
Flora: conjuntos dos vegetais de uma região
Feixe: de capim, de lenha
Frota: de navios mercantes, de ônibus, de táxis
Junta: de bois, de médicos, de credores, de examinadores
Joldra: o mesmo que choldra
Legião: de soldados, de demônios
Malta: de desordeiros
Manada: de bois, de elefantes
Matilha: de cães de caça
Matula: de desordeiros, de vagabundos
Ninhada: de pintos
Nuvem: de gafanhotos, de pó
Penca: de bananas, de chaves
Quadrilha: de bandidos, de ladrões
Rebanho: de ovelhas, de gado em geral
Récua: de cavalgaduras
Réstia: de alhos, de cebolas
Repertório: de peças teatrais
Resma: de papel

Revoada: de pássaros
Súcia: de pessoas desonestas
Talha: de lenha
Vara: de porcos

FONTE: ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. p. 68; 69; 70.

Lima afirma que *batalhão* não remete à quantidade ou à qualidade de um conjunto de indivíduos e que o contrário ocorre com *cardume*, mas essa proposição parece-nos um tanto falha, pois ambos remetem a uma quantidade determinada de indivíduos, com suas qualidades específicas, sendo possível mensurar coleções diferentes, como, por exemplo, dois cardumes e três batalhões.

Ainda sob o ponto de vista de classificação, Maximiano Augusto Gonçalves conseguiu encontrar, em sua obra, *Questões de Linguagem*, 233 coletivos (independente se são determinados ou indeterminados), dos quais os dividiu em:

- a) **Coletivos específicos** – aqueles que designam um conjunto especial, atribuído a determinados seres: **arquipélago** (de ilhas), **alcatéia** (de lobos), **cáfila** (de camelos), etc.
- b) **Coletivos não específicos** – aqueles que abrangem mais de uma espécie de seres: **caravana** (de mercadores, peregrinos, romeiros, viajantes), **praga** (de mosquitos, gafanhotos, insetos, percevejos), etc.

E, Cunha e Cintra, apontam, na sequência, algumas funções dos coletivos, como estas (CUNHA e CINTRA, 1985, pág. 172):

- a) Uma parte organizada de um todo, como, por exemplo, regimento, batalhão, companhia (partes de um exército).
- b) Um grupo accidental, como grupo, multidão, bando: bando de andorinhas, bando de salteadores, bando de ciganos.
- c) Um grupo de seres de determinada espécie: boiada (de bois), ramaria (de ramos).

Cunha e Cintra focam sua sistematização nas funções que o coletivo apresenta na língua, sendo descartadas questões referentes à quantidade de elementos da coleção.

1.2 A determinação dos indivíduos que compõem um coletivo

Na *Moderna gramática portuguesa* (BECHARA, 2001, p. 114), os substantivos são abordados de dois modos: os contáveis e os não-contáveis. Na primeira classificação, encontram-se os “objetos que existem isolados como partes individualmente consideradas [...]: homem, mulher, casa, livro, etc.”. Para o segundo caso, há os elementos que não podem ser separados individualmente e que podem ser tanto massa ou matéria como uma ideia abstrata.

Assim, pelo viés dessa gramática, à categoria dos não-contáveis pertence o coletivo, fazendo referência a uma coleção ou a um conjunto de objetos não considerados individualmente. Mas o coletivo também pode ser contável. Complementa Bechara que os termos como *povo* e *passarada* são denominados de universais e são dados como não contáveis. Já os termos *vinhedo* e *caniçal* são chamados de particulares e a eles é dada a característica de contáveis, isto é, podem ser pluralizados.

Dentro deste contexto, encontramos em Cunha e Cintra uma única ligação com essa ideia, quando os autores apresentam coletivos que podem ser “contados”, mas em poucos casos específicos. Na seção de numerais, são encontrados os substantivos que são denominados de *numerais coletivos* e, segundo os autores (1985, pág. 359), “caracterizam-se por denotarem o número de seres rigorosamente exato. É o caso de novena, dezena, década, dúzia [...]”.

1.3 Grupos

Por fim, o termo que representa um coletivo ainda pode ser diferenciado, segundo Bechara, de *nomes de grupos*¹. No primeiro, o conjunto denotacional que o representa pode ser definido ou indefinido, como em *bando* e *cardume*; para os nomes de grupos, geralmente, é necessária uma especificação, sendo esta de caráter nominal, ou seja, “a turma de formandos”, “cardume de sardinhas” ou somente “o grupo”, quando estiver pressuposto textualmente sua designação.

Temos, nesse momento, um impasse entre os autores, que converge para a diferença entre coletivos e grupos. Para nossa pesquisa, a princípio, coletivo e grupo terão a mesma “significação” sendo possível a troca de um por outro. Tomamos como princípio linguístico já apresentado que tanto o coletivo quanto os nomes de grupos têm por característica representar um conjunto de indivíduos (participantes que os integram), sejam animais, grupos (união) de pessoas, instituições ou de coisas para determinado fim etc. e que podem submeter-se, textualmente, a uma retomada anafórica com ambiguidade semântica.

Cunha e Cintra são bem definidos em seu manual afirmando que os termos que se referem a uma noção de “instituição”, como *universidade*, *assembléia* ou *departamento de linguística* não são caracterizados coletivos em razão de que, nesse manual de gramática, “não são simples agrupamentos de seres, antes representam instituições de natureza especial, organizadas em uma entidade superior para determinado fim” (CUNHA e CINTRA, 1985, pág 173).

Em Cunha e Cintra, subentendemos da proposta que esses estudos apresentam o seguinte raciocínio: os coletivos são originários de conjuntos não-específicos e sem finalidade específica. Em Bechara, há também uma complicação conceitual, com relação à possibilidade de contar ou não esses termos. Isso culminou na diferenciação entre coletivos e grupos. Com isso,

¹ Baseado em estudo de Herculano de Carvalho, CARVALHO, J. G. H. de 1969. Gênero. In Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Lisboa vol. 9; p. 320-324.

primeiramente mantemos a proposta de que os termos *coletivo* e *grupo* sejam equivalentes.

1.4 A questão da silepse

Retomamos aqui a sentença-exemplo (1) com a qual iniciamos nosso estudo:

(1) **A equipe médica** se reuniu ontem. **Eles** tiveram muita divergência de ideias.

Esse processo que denominamos neste estudo como ambiguidade semântica é analisado por diferentes focos nas gramáticas que aqui utilizamos. Em Cunha e Cintra é enquadrado como uma figura de sintaxe. Os autores discorrem a respeito da figura de sintaxe, mostrando que:

o empenho de maior expressividade leva-nos, com frequência, a superabundâncias, a desvios, a lacunas nas estruturas frásicas tidas modelares. Em tais construções a coesão gramatical é substituída por uma coesão significativa, condicionada por pelo contexto de produção e pela situação. Os processos expressivos que provocam essas particularidades denominam-se de 'figuras de sintaxe'. (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 602).

Para esses autores então a silepse é tida como um desvio da norma padrão, sendo assim enquadrada na seção denominada figuras de sintaxe. Em sentenças como em (1), haveria concordância entre o conteúdo significativo das expressões, e não com a forma. Nesse manual, a silepse é subclassificada em: silepse de número, de gênero e de pessoa, sendo que somente a primeira interessa-nos em razão da intenção deste trabalho. Assim mostra Cunha e Cintra:

Pode ocorrer a **silepse de número** com todo substantivo singular concebido como plural e, particularmente, com os termos coletivos. Assim neste passo de Machado de Assis:

Deu-me notícias **da gente Aguiar; estão bons.**
(OC, I, 1093.)

A ocorrência desta silpese vai-se acentuando à medida que o verbo se distancia do sujeito coletivo, sendo particularmente comum quando, na oração, o coletivo está subentendido. Assim:

– É o costume mulher! É o costume **desta gente**, quando **gostam** dum branco **querem-no** para padrinho dos filhos...
(Luandino Vieira, NM, 12)

Já em Bechara (2001, pág. 544), encontramos esse fenômeno nas seções de concordância verbal e nominal. Esta tem a mesma característica que a verbal, quando a concordância ocorre com o sentido da palavra, como mostra a explicação do autor: “O termo determinado é um coletivo seguido de determinante em gênero ou número (ou ambos) diferentes: ‘Acocorada em torno, nus, a negralhada miúda, de dois a oito anos’”. Quanto à concordância verbal, ela é colocada pelo autor como uma questão de rara concordância, em que o verbo concorda com a pluralidade do coletivo. O trecho que segue é uma exemplificação que apresenta de como é construída a silpese.

A concordância de *palavra* para *sentido* se diz ainda *concordância “ad sensum”* ou *silpese*:

“A plebe vociferava as mais afrontosas injúrias contra D. Leonor: e se chagassem a entrar no paço, ela sem dúvida seria feita pelo tropel furioso”.

O verbo *vociferava* concorda com o sujeito *plebe* que, sendo um coletivo, pôde, pelo seu conteúdo semântico de pluralidade, levar ao plural o verbo chegassem, mais afastado dele.

De fato, o segundo verbo (*chegassem*) do exemplo do autor revela exatamente que a semântica do coletivo é ambígua. Agora a questão é: o que faz com o coletivo seja singular e plural? O exposto na gramática de Bechara mostra que a pluralidade se mostra em sequências textuais mais longas. Neste caso, para nós, temos uma anáfora representada no termo oculto *eles*.

Assim, definido basicamente o coletivo em estudos de gramáticas tradicionais, passamos a construir uma visão linguística a respeito desse processo envolvendo os coletivos.

Considerações do primeiro capítulo

A ideia de classificação dos coletivos e a questão da concordância “indevida” com o plural que há nesses termos, pontuada por algumas gramáticas, são elementos que estão com certeza muito arraigados nesses manuais de estudos tradicionais. Vimos que, em alguns manuais como o Celso e Cunha, a concepção de silepse, ou concordância ideológica, é encontrada numa seção da gramática onde são exiladas todas as anomalias linguísticas que não têm como ser ignoradas, em razão de que de algum modo já estão vinculadas à língua.

A relação de concordância ou, no caso deste estudo, de um processo anafórico envolvendo um coletivo (singular/plural), vista como um problema de linguagem, não será a tese defendida no presente estudo. Será, sim, entendida como uma estratégia de construção textual da qual o falante se utiliza para construir seu texto.

A seguir, traçamos um estudo que busca responder à hipótese principal desta dissertação, buscando subsídios que corroborem a questão central aqui, em que o coletivo é ambíguo semanticamente. Isso é evidenciado em processos de referência.

CAPÍTULO 2. ABORDAGEM TEXTUAL

Nesta seção, em razão de o nosso objeto de investigação realizar-se em processos anafóricos, visitaremos alguns campos da LT e analisaremos o que é para essa área o fenômeno textual aqui estudado. Com isso, optamos primeiramente em abordar a mudança paradigmática de objeto de estudo em linguística textual. Da sentença ao texto: esse é o caminho que a linguística textual encontrou para buscar enfoques diferentes objetivando dar conta de coisas diferentes. Assim, apresentamos sucintamente alguns aspectos dessas teorias.

Depois disso, mostramos como se efetua a referência dos termos pelo viés da LT: segundo Mondada e Dubois (2003), a referência é baseada em indivíduos textuais criados discursivamente no ato comunicacional. Depois partimos para a anáfora que, sob o foco da LT, retoma indivíduos, atribui continuidade textual e também introduz indivíduos no discurso. A questão dessa classificação anafórica ainda se encontra em discussão por teóricos que tratam de LT. Optamos por utilizar principalmente dois estudiosos para a análise das anáforas, sendo um deles Marcuschi (na verdade, o autor apresenta um panorama a respeito da anáfora direta e introduz uma classificação de anáforas indiretas, baseada nos estudos de Schwarz²) e o outro Kleiber (2001, *apud* Ilari, Buin e Zanin, 2003)³. Assim, faz parte do objetivo deste capítulo analisar e identificar, por meio de testes e comparações, qual anáfora realiza o processo estudado. Mesmo assim, não deixamos de buscar outros referenciais, como meio de comparação, análise e contra-argumentação. No desenvolvimento teórico, enfatizamos os elementos que se aproximam do fenômeno que estudamos com a inserção de exemplos que consideramos pertinentes.

² Marcuschi baseia-se em estudos de Monika Schwarz, em *Indirekte Anaphern in Texten*. um

³ ILARI, R.; BUIN, E.; ZANIN, G. **KLEIBER, Georges (2001). L'anaphore associative, Paris: Presses Universitaires de France. 385 p. (Coleção "Linguistique Nouvelle")**. Caderno de Estudos Lingüísticos, Campinas, p. 105 – 118, Jan./Jun. 2003.

2.1 Diferença de objeto de estudo em linguística: frase e texto

As duas áreas linguísticas, LT e SR, têm focos diferentes de estudo. Para o objeto de estudo em linguística chegar ao texto, passou por um gradual desenvolvimento de estudos, resultado de “insuficiências” consideradas nas teorias de frase, isso não em virtude de uma teoria fraca, mas sim de sua característica de análise, que tinha como foco a sentença. Desse modo, ao definir um objeto de pesquisa, seja a sentença (mais formal), seja o texto (menos formal), toda área de ciência, por meio de hipóteses, tenta cercar determinado espaço de análise.

São os limites até onde determinada teoria pode chegar. Ao impor tais limites (texto e o co-texto, por exemplo) adota-se uma postura de centralidade, pois quanto mais aberto e fragmentado for o campo de análise mais longe dos objetivos centrais. Ao reduzir excessivamente esse limite, pode tornar empobrecido o objeto, cerceando-o, acarretando a possibilidade de até mesmo descaracterizá-lo. A busca por esse campo médio de análise não é uma tarefa fácil. Podemos de várias formas estudar a língua natural com eficiência científica, cada uma com suas peculiaridades e diferenças, sendo estas às vezes tão grandes que são de impossível harmonia.

Tomando como exemplo a SR, temos que é “uma teoria de linha referencial (que) tem como objetivo explicitar estruturas formais que descrevam a maneira como as expressões de língua natural denotam entidades no mundo (WACHOWICZ, 2003, p. 75)”. É uma teoria que em parte tem suas raízes na tradição lógica da filosofia moderna. Por esse viés, “a noção de referência entre as dimensões da significação é introduzida na filosofia moderna por C. Frege no final do século XIX (MULLER, 2003, p. 61)”.

A linguística desenvolveu-se objetivamente na tentativa de um distanciamento do objeto, bem como evoluiu historicamente em seus estudos. Como afirma Faraco (2004, p. 03), “a Linguística, como qualquer outra ciência, constrói sobre o passado; e assim o faz não somente desafiando e refutando doutrinas tradicionais, mas também desenvolvendo-as e reformulando-as”.

A respeito dos paradigmas, segundo Demo (2005), tem-se que, do ponto de vista filosófico, uma teoria não traz certezas, somente uma simplificação da complexidade da realidade (DEMO, 2005, p. 11), ao redor de um limite. Se tomarmos como exemplo a LT, vemos que o seu limite está entre o texto e o co-texto, assim como as relações anafóricas que não podem se ancorar em outra função da linguagem além dessas. Ainda segundo o autor,

Quanto mais algo está fechado entre limites, mais claro se torna. Assim fazendo, entretanto, também podemos empobrecer o fenômeno ou mesmo deturpar, porque reduzimos ao que pode ser encarcerado dentro de limites. Deturpamos sua natural “complexidade”, em particular sua dinâmica.

De uma parte, para “ver” melhor, é mister simplificar, olhar só para um ponto, de preferência o ponto central. De outra, qualquer fenômeno reduzido a seu ponto pode estar mais descaracterizado do que desvendado. (DEMO, 2005, p. 11)

Naquele contexto histórico, alguns linguistas procuravam um campo teórico mais versátil, visando a uma abordagem discursiva. Com isso, a LT também gradualmente surgiu da separação do padrão tradicional de análise de textos para adentrar em estudos mais consistente. Ocorre o que Bacherlard (*apud* Demo 2005, p. 25) afirmou como um “corte epistemológico”, introduzindo-se uma teoria consistente sobre texto.

Já no século XX, na década de 1920, podemos citar indícios dos primeiros passos de um estudo estritamente textual, segundo Koch e Fávero (1983, p. 37), com os linguistas Skolovsky, Jakobson, Prop⁴, os quais pertenciam ao Círculo Linguístico de Moscou. Adotavam o posicionamento de estudar o texto em si, “rejeitando toda e qualquer consideração exterior a ele, em busca da literariedade ‘literaturnost’”.⁵

Contudo, a LT começou a desenvolver-se na década de 1960, ainda que alguns autores, como Bentes (2001), apontem o início concreto de

⁴ Prop dedicou-se a estudar o conto popular russo, em uma análise estrutural.

⁵ Ainda segundo as autoras, teríamos ainda diversos autores que trataram do texto, seja por análises funcionais, seja pela análise do discurso. Citaremos os nomes de Hjelmslev, Harris, Pike, Benveniste, que são os mais citados na filosofia da linguagem como os precursores da LT.

estudos de texto o período dos primeiros anos de 1970. Assim, a LT apresenta-se como uma teoria que busca ultrapassar os limites da frase e, ainda, segundo Bentes, procura reconsiderar questões do ato comunicacional como os sujeitos e local da comunicação.

Primeiramente, o processo textual entendido como o primeiro grande objeto de investigação científica pela LT foi a retomada textual por pronome, sendo por Harweg (citado por Bentes, 2001) denominado de pronominalização interrupta. Contudo, os primeiros registros históricos do uso de anáforas datam da época da retórica clássica e restringia-se à correferenciação de um sintagma nominal, retomado por um pronome, no início da sentença posterior.

Alguns autores como Conte (1977, *apud* Koch e Fávero, 1983) dividem os primeiros estudos da LT em três fases, sendo as duas primeiras muito próximas das análises de nível local como ocorre em semântica referencial. A primeira, de ingresso da teoria, delimitava como objeto de estudo sequências de frases com coerência definida e procuravam estabelecer uma relação interna de conexão das partes que compunham essas sequências. Tratavam, assim, de problemas linguísticos que as gramáticas de frase não davam conta, com destaque para a pronominalização. Com um estudo mais apurado dos pronomes, foi possível uma visualização de diferentes usos, sob a óptica da LT, acarretando em novas classificações (por exemplo, como para a correferenciação). Harweg (1968) foi um dos grandes nomes dessa primeira fase. Segundo o autor, “são os pronomes que constituem um texto em texto”. Outros recursos da língua ganharam força de pesquisa como i) a relação tópico-comentário, ii) a concordância quanto aos tempos verbais e iii) a seleção de artigos. Podemos, segundo Koch e Fávero, citar, ainda, Halliday e Hasan (1970), Van Dijk (1971), Weinrich (1964), Petöfi (1968), Isenberg (1968). Esse período é de suma importância para nossa pesquisa, pois carrega ainda tendências ora estruturalistas ora gerativistas. Aqui está o primeiro passo para superar os limites da frase. Na verdade, eram estudadas somente sequências de sentenças encaixadas. Essa fase foi denominada de *transfrástica*.

Já na terceira fase, depois de um insucesso na tentativa de uma gramática de textos (por volta de meados de 1970), os estudos se direcionaram para um terceiro momento da LT: o desenvolvimento de uma teoria de textos. Efetivamente, concretizou-se outro forte fator que desencadeou os estudos da LT. Considerou-se a importância do contexto pragmático, principalmente impulsionado pelas teorias que concomitantemente surgiam, em meados do século XX, no meio linguístico: a pragmática, a sociolinguística e a análise do discurso. Temos, segundo Silva (2005), nesta fase (início de 1980), a introdução de modelos cognitivos, que seriam “modelos textuais globais”.

Entram, depois disso, em cena questões próprias do contexto comunicativo-situacional, dentre elas a extensão do texto ao contexto, à produção, à recepção e à interpretação. Sob essa perspectiva, temos o apontamento de Marcushi (1998, *apud* Silva 2005, p. 12), que apresenta a LT como “uma disciplina de caráter multidisciplinar, dinâmica, funcional e processual, considerando a língua não-autônoma nem sob seu aspecto formal”.

Desse modo, mostramos que a teoria de texto desenvolveu-se com outro foco linguístico que não o das teorias que têm o objeto no nível da sentença, porém todo esse processo é calcado em construções linguísticas que já existiam. O estudo que se apresenta busca aprofundar questões textuais, mas ainda não esquecendo de questões formais a respeito desse processo.

Neste estudo, então, passamos por uma análise textual do fenômeno aqui pesquisado e depois procuramos explicá-lo por meio de uma semântica nominal. Com os dois paradigmas buscamos não só solucionar os problemas envolvidos neste estudo, como também desenvolver um campo harmônico entre eles, com intersecções que consideramos pertinentes entre as teorias. Desse modo, focaremos tanto o objeto do texto como o objeto da sentença.

2.2 A referência sob o viés da LT

Ao tratarmos do fenômeno deste objeto de estudo, exploramos recorrentemente a noção de referência. Em tradicionais estudos da filosofia da linguagem, linguistas, filósofos, lógicos etc. tratam da referência⁶ como representação de mundo, isto é, a relação de expressões linguísticas com entidades de um dado modelo de mundo – levando em consideração condições de verdade. Já nos recentes estudos estritamente textuais, há a abordagem de que a referência se dá no âmbito textual em relações cognitivas e interacionistas. Essa visão consolidou-se com os estudos de Mondada e Dubois (2003), a partir dos quais alguns pontos foram considerados fundamentais na abordagem discursiva: i) a substituição do termo referência por referenciação (embora tenham valor teórico muito parecido), ii) a determinação da referência por mundos textuais, iii) a instituição, ao invés de indivíduos de modelos de mundos “reais”, de “objetos do discurso” constituídos discursivamente (KOCH, MORATO e BENTES, 2005).

Os referentes, então, por esse viés, são cognitivos e distanciam-se daquela visão tradicional de referência. São negociados e interpretados no ato comunicativo, compondo uma visão de que os elementos discursivos são “objetos do discurso”. Com relação ao conteúdo temático, parte dos conceitos é diretamente identificada no mundo (no contexto extralinguístico) e parte é composta singularmente no próprio texto, por sujeitos do discurso. Por uma análise discursiva, os referentes (e sua relação com outros elementos textuais) garantem também especificidades textuais, como de os textos terem estruturas – níveis de conexão – que ligam as sequências de frases, sentenças e parágrafos. Essas ligações se dão, principalmente, na organização dos elementos textuais e garantem, por esse viés, a textualidade. Na LT, um dos trabalhos mais importantes que trata de recursos de coesão textual, bem como de anáforas, encontra-se em Bronckart (2003). O texto, segundo o autor, apresenta estruturas de tessitura

⁶ Abordagem de Frege, do famoso artigo “Über Sinn und Bedeutung”. Fonte: “Über Sinn und Bedeutung” *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*. Oxford: Blackwell, 1892.

textual, “[...] um texto (é concebido) como um folhado constituído por três camadas superpostas: a infra-estrutura geral do texto, os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos”. Dentro dessa abordagem, o segundo nível do folhado é o mais interessante, pois focaliza diretamente o mecanismo anafórico, como apresentado anteriormente.

Com esse modelo, podemos pensar em possíveis interpretações de elementos textuais, sendo assim a referência construída dentro do âmbito textual e co-textual. Essa designação é muito importante, pois abordaremos ao longo desta seção questões que envolvem referência, ou, nos termos da LT, referenciação. Analisamos agora o trecho que segue, procurando exemplificar essa conceituação:

(2) ***Uma manifestação na frente do Tribunal Regional do Trabalho – com cerca de 70 torcedores atleticanos que receberam o centroavante Aloísio aos gritos de “bâmbi, mercenário e traidor” – decretou o fim de qualquer possibilidade de o jogador voltar a vestir a camisa do Rubro-Negro.***

Aloísio teve de entrar no prédio do TRT escoltado por dez policiais e quando, após três horas e meia de audiência, ouviu que teria de se apresentar imediatamente no CT do Caju e ficar lá ao menos até segunda-feira, fez um pedido quase emocionado à juíza da 1.ª Vara do Trabalho, Simone Galan de Figueiredo.

“Para lá eu não volto. Depois disso que aconteceu hoje (ontem) eu não jogo mais no Atlético. Se eles ganharem a ação, vão ter de me emprestar ou me vender, mas para lá eu não volto. Se eu não posso jogar no domingo (pelo Campeonato Paulista, contra o São Bento), ao menos me deixe ficar em casa.” [...] “Se o Atlético tivesse pago, eu estaria aqui sem problema nenhum. Agora ficam me chamando de mercenário”, afirmou.

(Texto: “Aloísio não volta mais ao Atlético”, de Nicolas França, caderno de esportes, *Gazeta do Povo*, 04/03/2006)

Os termos negritados no texto permitem mostrar como ocorrem alguns dos processos de negociação com o leitor. Enfatizamos que qualquer indivíduo nele constante não tem mais a caracterização referencial tradicional, cuja relação com elementos de mundo externos à linguagem é necessária (veremos com detalhes a questão da extensionalidade no terceiro capítulo). Esse processo relaciona-se com alguns elementos sócias/históricos e com os indivíduos da interação. Por ser um texto jornalístico/esportivo de Curitiba/PR e pelo título trazer os nomes de Aloísio e Atlético, logo o leitor (por meio da relação que faz com o texto e a autoria) tem por certo quais são os principais atores textuais.

Como exemplificação, tomamos os termos *bâmbi*, *mercenário* e *traidor*, os quais carregam sentidos pejorativos, cuja interpretação nos é autorizada pelo item lexical *manifestação*. Nessa construção de referentes textuais, a palavra *bâmbi* é uma das que mais explicitam um sentido exótico, pois, além de significar “filhote de gazela” ou até mesmo personagem de desenho animado, ela tem a conotação negativa nesse contexto.

Desse modo, segundo Mondada e Dubois (2003), a referência é dada pelo texto, como objeto do discurso. O termo *Rubro-negro*, por exemplo, designa uma mescla de cores vermelha + preta, e a associamos ao time do Atlético, sendo que essa ação é efetuada inferencialmente por meio do texto ou por conhecimento prévio: os clubes de futebol são também representados lexicalmente pelas cores de sua camisa, como alvi-verde, alvi-negro, canarinho, rubro-negro, etc. Este sendo uma associação ou um grupo empresarial, não se caracteriza por um elemento, mas sim um coletivo retomado por *eles* na sentença seguinte. Toda essa análise procura refutar a ideia de que há uma relação direta entre os objetos e o mundo (visão de uma referência tradicional), sendo que estes são construídos textualmente e cognitivamente.

Veremos agora uma abordagem a respeito da temática *anáforas*, para tentarmos responder a uma das questões centrais: qual anáfora responde por uma ambiguidade de coletivo? Também verificaremos se em anáforas diretas e indiretas há a mesma implicação da conceituação da teoria de Mondada e Dubois.

2.3 Anáforas

Várias são as áreas que abordam os estudos da anáfora. Segundo Marcuschi (2005), desde a retórica clássica é usada com a função de substituição de um termo por um pronome em início de frase. Em gramáticas tradicionais, a anáfora pode ser encontrada, como vimos no primeiro capítulo, como um fenômeno de língua chamado *antitaxe* ou concordância ideológica. O termo, em Bechara (2001, p. 49), diz respeito a “processos de retomada e antecipação textuais, tendo nos pronomes grande valor de exemplificação do que seja anáfora, por seu caráter de ‘substituição’ desde palavras até de sequências de texto (como na retomada pelos pronomes *isso, isto, aquilo*)”. A antitaxe “é a propriedade mediante a qual uma unidade de qualquer estrato gramatical já presente ou virtualmente presente (‘prevista’) na cadeia falada pode ser representada – retomada ou antecipada – por outra unidade de outro ponto da cadeia falada (...) podendo a unidade que substitui ser parte da unidade substituída, com idêntica função ou zero” (BECHARA 2001, p. 50). O autor complementa que antitaxe é uma questão de discurso tratando de uma cadeia falada e rompendo com o limite da frase.

Contemporaneamente, a anáfora é estudada por vários ramos da linguística moderna como, por exemplo, na sintaxe gerativa ou na semântica formal, mas enfocamos os estudos da LT nesta seção para caracterização desse fenômeno como estratégia de construção textual. A anáfora se encontra dentro de processos denominados de *progressão referencial*, que são estratégias de falantes no âmbito da construção textual, sendo a anáfora a base da referenciação. Segundo Marcuschi e Koch (1998, p. 144),

A progressão referencial se dá com base numa complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento estabelecida centralmente no discurso. Esta característica permite que os referentes não estejam tomados como entidades apriorísticas e estáveis, mas como objetos-de-discurso, tal como postulam Reichler-Béguelin/Apothéloz (1995), entre outros. A questão é complexa porque um texto não costuma ser não-ontológico ou linear, o que dificulta os processos de referenciação.

Para Macuschi (2001, p. 219), a anáfora tem por característica “designar expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo para a continuidade tópica e referencial”.

As anáforas, conforme aponta Bronckart (2003), se apresentam num nível intermediário na construção do texto e são decisivas para o conteúdo temático.

Nos textos, elas podem ocorrer por meio da retomada de um referente textual explícito, já conhecido, ou por meio da introdução referentes novos, não-correferenciais (expressões que serão tratadas nos itens que seguem). No primeiro caso, ocorre a anáfora denominada direta e no segundo, a indireta. Vemos agora as características de cada uma delas, com o intuito de criarmos um suporte teórico para analisar os casos de retomada de coletivos, denominados de silepse pela gramática tradicional.

2.3.1 Anáfora direta

Na denominada anáfora direta (AD), há o processo possivelmente mais simples de retomada textual. Geralmente, é atribuído o caráter de correferenciação à AD, sendo possível deduzir, de um modo muito próximo daqueles estudos clássicos, que a anáfora direta tem equivalência semântica com o termo com o qual se relaciona. Segundo Apothéloz (1995, p. 61), “há correferência entre duas expressões sempre que elas designam no discurso o mesmo referente”. Nesse quadro teórico, as anáforas por via da correferenciação reapresentam no texto novos elementos de caráter nominal, podendo estes serem pronomes pessoais, relativos, demonstrativos, possessivos, como também, sintagmas nominais. Observamos a AD no trecho do texto, que segue:

(3) *Em litígio com o clube saudita Al-Ittihad, o atacante colombiano Sergio Herrera não tem previsão para estreiar pelo Atlético. A informação foi dada ontem pelo técnico **Givanildo Oliveira**, ao*

comentar sobre a falta de opções ofensivas.

***Ele** também não pode contar com Dagoberto, que se recupera de cirurgia no joelho esquerdo, e Rodrigão, com suspeita de hepatite, além de sofrer com a má fase de **Dênis Marques**.*

*Segundo a imprensa colombiana, mesmo com contrato em vigência, Herrera teria abandonado o Al-Ittihad. O caso remete ao problema vivido por **Dênis** entre 2004 e 2005, também com um clube do Oriente Médio.*

(Texto: *Atlético sofre com novo caso Denis*, de Nicolas França, caderno de esportes, Gazeta do Povo – acessado em 28/02/2006).

O termo *e/le* faz parte de um processo de retomada de um elemento textual. Caracteriza-se por ser uma anáfora em um processo direto – binário, que mais especificamente trata de retomar (substituição) o elemento *Givanildo de Oliveira*. Outra forma dessa retomada é por meio da repetição de um termo em referência textual, como no processo de retomada em que *Denis* recupera *Denis Marques* e caracteriza-se também uma anáfora direta por correferenciação. Segundo Marcuschi (2005), a AD reativa ou recupera referentes anteriormente citados, em uma relação bi-unívoca, evidenciando-se uma relação muito forte de identificação da anáfora com o referente.

Em resumo, a AD:

- retoma inteira ou parcialmente um referente textual explícito;
- efetiva-se por correferenciação;
- designa o mesmo referente;
- realiza-se por repetições, pronomes pessoais, relativos, demonstrativos e sintagmas nominais.

Com esses dados, temos base suficiente para anunciar que no exemplo que segue há uma relação de anáfora direta entre referente e retomada textual nos termos que aparecem negritados.

(4) *Dentro do partido algumas pessoas não querem recorrer da decisão e falam em abandonar de vez a coligação (...)*

Com a decisão do TRE-PR que acabou com a coligação entre o PMDB e o PSDB no estado, os peemedebistas traçam planos para o futuro nas eleições e se mostram divididos. Há os que querem recorrer da decisão junto ao TSE, mas tem também os que não querem mais a coligação. (...)

Alguns peemedebistas e a ala pró-Requião do PSDB *esperam que o próprio PSDB nacional volte atrás e passe a apoiar a coligação. É que na avaliação **deles**, com o fim da união com o PMDB do Paraná dois políticos sairiam perdendo, Geraldo Alckmin, candidato à Presidência, e Alvaro Dias, ao Senado.*

*(Texto Fim da coligação com PSDB faz PMDB repensar a chapa
10/08/06 – Folha de São Pulo)*

Segundo as características de AD já vistas, a relação anafórica vista em (4) satisfaz todas elas. Primeiramente, tem um referente textual explícito *alguns peemedebistas e a ala pró-Requião do PSDB* e apresenta identidade referencial com a retomada pronominal *deles*, isto é, os elementos que compõem a *ala pró-Requião e alguns dos peemedebistas* são os mesmos contidos no conjunto da retomada pronominal *deles*, designando assim o mesmo referente.

2.3.1.1 Tipos de anáfora próximos à AD

Muito parecido ao caso das anáforas por correferência estão as que, em linguística textual, são denominadas de *co-significação*. Ocorre quando um termo é retomado por um pronome e, ao mesmo tempo, recebe uma qualificação, sendo chamado por Fauconnier (*apud* por Apothéloz, 1974) de “referência cruzada”. Karttunen (*apud* Apothéloz, 1969) apresenta o seguinte exemplo:

(5) O homem que deu **seu salário** à sua esposa é mais sábio do que o homem que **o** deu à sua amante. (exemplo construído)

A ocorrência da anáfora *o* ganha outra significação utilizando-se do mesmo referente: o dinheiro. Milner (2003) propõe a terminologia “referência virtual”: para um termo, pode existir um conjunto de possibilidades para a sua significação. A anáfora se encaixa em uma delas, tendo, assim, parcialmente o mesmo referente.

De modo mais específico, Cavalcanti define a anáfora co-significativa como uma repetição de um antecedente, geralmente parte dele, introduzido por um quantificador ou um adjetivo. Em (6), temos um exemplo de co-significação para Cavalcanti (2003, p. 112):

(6) *Estavam **dois caminhões** voando. Até que **um** disse: – Peraí, caminhão não voa! [...]

Contudo, na LT, ainda nessa abordagem de anáforas próximas à AD, há outros posicionamentos. Primeiro, um problema bastante recorrente na literatura da área refere-se à questão da possibilidade da mutação do referente, ao longo do texto: “no romance Dom Casmurro, dizer que qualquer ocorrência do nome Capitu é anafórica de todas as ocorrências do mesmo nome é contra-intuitivo” (ILARI 2003, p. 101), o que põe em dúvida a correferência de termos entendida como identidade referencial. Segundo, há outras visões de correferenciação como na visão de Koch (2004), em que são incluídos diferentes elementos quando da “retomada com antecedentes textuais”.

As denominadas *anáforas correferenciais recategorizadas* apresentadas pela autora envolvem a hiperonímia. São mencionadas as retomadas por meio de hiperônimos sendo possível a sua interpretação por extensões lexicais. Para isso uma intrínseca relação deve ter do hipônimo com o hiperônimo. Observe o exemplo de Koch (2004, p. 248):

(7) **A aeronave** teve de retornar à pista. **O aparelho** estava com defeito. (*aparelho=aeronave*).

A recategorização acontece de modo que os elementos antecedentes ganham outra definição – recategorização, e isso pode se referir a questões de estilo de um autor ao construir os referentes de seu texto. Contudo, essas especificações nesse texto de Koch podem se aproximar de anáforas que não têm referente, as quais são denominadas *anáforas indiretas* e que serão vistas na seção 3.1. O exemplo disso pode ser evidenciado em (8), ainda em exemplo de Koch (2004, p. 249):

(8) *uma catástrofe ameaça uma das últimas colônias de gorilas da África. Uma epidemia de Ebola já matou mais de 300 desses macacos (...)*

Essas representações trazidas em (5), (6), (7) e (8) ilustram alguns modos ainda de retomar indivíduos textuais. Contudo, tornamos completa a análise ao expormos as principais definições da anáfora indireta, por elas corresponderem a alguns exemplos referentes ao nosso caso de pesquisa. Dos muitos estudos que se desenvolveram a respeito da anáfora indireta, adotaremos a postura de Marcuschi (2003), principalmente a do texto *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. Além disso, exploramos o conceito de anáfora associativa, para assim compararmos à nossa questão da retomada de coletivos, tomando como base os estudos de Kleiber (2001, apud Ilari, Buin & Zanin, 2003), com o texto *L'anaphore associative*.

2.3.2 Anáfora indireta – aspectos gerais

Segundo Marcuschi (2003), as anáforas indiretas (AI) não têm antecedente explícito no texto, sendo possíveis recuperações “por tipos semânticos – baseados no texto; por tipos conceituais – baseados em conhecimentos de mundo; por tipos inferenciais – baseados em inferências fundadas no texto” (MARCUSCHI, 2004, p. 89). Obviamente, essas relações

se contrapõem à versão tradicional de anáfora direta. A AI ativa um referente novo por meio de um processo, segundo o autor, de ancoragem textual. A anáfora indireta

representa um desafio teórico e obriga a abandonar a maioria das noções estreitas de anáfora, impedindo que se continue confinando-a ao campo dos pronomes e da referência em seu sentido estrito. (...) A AI é um caso de referência textual, isto é, de construção, indução ou ativação de referentes no processo textual-discursivo que envolve atenção cognitiva conjunta dos interlocutores e processamento local. (MARCUSCHI, 2005, p. 54)

A AI se realiza por meio de expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes interpretados referencialmente. A definição de anáfora indireta, segundo o autor, rompeu com modelos tradicionais de progressão textual. O caso (6) que segue exemplifica um processo indireto:

(9) Ontem fomos de ônibus ao trabalho. O *motorista* foi bastante devagar, por isso chegamos atrasados. (exemplo construído)

Em (9), O *motorista* é a anáfora indireta, ancorada no contexto anterior, principalmente no referente *ônibus*. Como veremos mais detalhadamente, a partir do sintagma *ônibus*, podemos chegar, por inferências mentais, à expressão *o motorista*, pois, para o modelo mental que temos desse veículo, é necessário uma pessoa para dirigi-lo.

Desse modo, apresentamos resumidamente as principais características das AIs, com base em Marcuschi (2003):

- não têm referente explícito;
- realizam-se mediante inferências textuais ou cognitivas (conhecimentos de mundo);
- introduzem um elemento novo e não recuperam termos antecedentes já estabelecidos textualmente.

Sobre o mecanismo que rege as Als, podemos dizer que tanto o referente anterior, que licencia o sintagma anafórico, quanto a própria anáfora especificam e evocam a relação referencial. Assim, diferenciando-se das anáforas diretas, que atuam em correferência ou co-especificação, como uma espécie de mesma identidade do termo retomado, as Als introduzem um termo novo dentro da continuação temática.

Um dos primeiros textos sobre as Als foi o de Schwarz (2000, *apud* Marcuschi, 2005, p. 59) que as conceituou da seguinte forma (os acréscimos de Marcuschi estão em colchetes):

No caso da Anáfora Indireta trata-se de expressões definidas [e expressões indefinidas e pronominais] que se acham na dependência interpretativa em relação a determinadas expressões [ou informações constantes] da estrutura textual precedente [ou subsequente] e que têm duas funções referenciais textuais: a introdução de novos referentes (até aí não nomeados explicitamente) e a continuação da relação referencial global.

Quanto à caracterização do pronome, Marcuschi (2003) apresenta o seguinte exemplo:

(10) “A equipe médica continua analisando o câncer do Governador Mário Covas. Segundo eles, o paciente não corre risco de vida (MARCUSHI, 2005, p. 60) ”.

O referido autor entende, neste caso, *eles* como uma anáfora indireta, sendo esta uma proposta com a qual não concordamos para (10). Neste caso, em que o referente antecedente se apresenta coletivamente como “a equipe médica”, não há anáfora indireta na recuperação por “eles”, como propõe Marcuschi, mas sim um processo de correferenciação. Além dessa colocação, este estudo tenta mostrar que não há como instituir uma anáfora própria para os coletivos. A retomada faz-se de um elemento já posto e não retoma novos. *Eles* significa um subconjunto de *equipe*, representando os indivíduos (soma total) que a compõem. De modo sutil, (1.1) trará uma AD e,

comparando as duas sentenças, vemos que a limitação *de médicos* torna muito mais suscetível a uma análise direta de anáfora.

(1.1) **A equipe de médicos** se reuniu ontem. **Eles** tiveram muita divergência de ideias.

(10) “**A equipe médica** continua analisando o câncer do Governador Mário Covas. Segundo **eles**, o paciente não corre risco de vida”. (grifo nosso)

Cavalcante (2003), em seu texto *Expressões referenciais – uma proposta classificatória*, faz uma análise desse mesmo exemplo de Marcuschi e aponta que a expressão *a equipe médica* sofre uma recategorização “transformando-se” contextualmente em *os médicos*. É por essa razão que é possível a realização da introdução de um elemento textual como a anáfora *eles*. Baseada em análise de Apothéloz e Reichler-Béguelin, a autora denomina esse processo de *recategorização lexical implícita*. A autora mostra-se voltada à postura de Marcuschi denominando essa anáfora como indireta. Veremos agora a proposta classificatória de Marcuschi para as Als.

2.3.2.1 Para uma classificação da anáfora indireta

Para nos aprofundarmos mais em anáforas indiretas, faz-se também interessante para o estudo apresentarmos as tipologias das Als, com base na exposição teórica em que Marcuschi recupera Schwarz (2000), mas que conta com algumas modificações deste autor. A principal divisão se dá em tipos semanticamente fundados e tipos conceitualmente fundados. A grosso modo, o primeiro tipo tem uma relação direta com o léxico, vinculada a papéis temáticos. Quanto ao segundo tipo, há exigências de estratégias cognitivas baseadas em modelos de mundo – em nível cognitivo de conhecimento e mental – vinculados ao contexto (mundo textual).

Com Marcushi, podemos detalhar e distinguir as Als quando elas se encontram:

1 – relacionadas cognitivamente a modelos mentais, como *frames*, cenários, esquemas, *scripts* etc.; são as baseadas em modelos mentais. Embora as Als possam ser ativadas por itens lexicais, isso não é necessariamente obrigatório. Quando ocorre, segundo Schwarz, é uma espécie de extensão semântica.

(11) *São Paulo (AE) – Num jogo cheio de polêmicas por causa de erros do trio de arbitragem, o São Paulo derrotou de virada o Santos por 3 a 1, ontem, no Morumbi e adiou para o próximo fim de semana a decisão do Campeonato Paulista(...) Logo aos quatro minutos, o primeiro erro da arbitragem. Josué marcou gol para o São Paulo, mas o auxiliar Carlos Nogueira errou ao dar impedimento do volante. O zagueiro Luís Alberto dava condições.*

(Texto: “São Paulo vende clássico e adia a definição de campeão”, Caderno de Esportes, *Folha de São Paulo*, Paulo Cobos)

(12) *Para chegar à semifinal do Campeonato Paranaense, o Paraná conta com algo que até agora não teve em 2006: o apoio maciço da torcida (...) Os empates em Curitiba contra União Bandeirante, Paranaíba e Londrina irritaram os tricolores, que chegaram a pedir a saída do técnico. Especialmente após o mau resultado diante do Vermelho, cerca de 80 pessoas fizeram um protesto atrás do vestiário. Agora, os jogadores esperam manifestações bem diferentes.*

(Texto: *Paraná convoca torcida para decisão*, de Robson de Lazzari, Caderno de Esportes, *Gazeta do Povo*, 01/04/2006)

Aqui no exemplo (11) evidencia-se uma retomada a partir da construção mental que temos de um time. Um termo como o *zagueiro Luís Alberto* se ancora em um referente que é o *Santos*. Contudo, parece que a

anáfora relaciona-se com a cena geral que o texto oferece, inferindo-se assim por meio do “modelo cognitivo idealizado” que temos de um jogo de futebol. O mesmo acontece com (12), em que as anáforas nominais causam estranheza, pois também fazem parte de um conhecimento de mundo do que seja *time*.

2 – baseadas em relações semânticas a SN definidos – também são representadas pelas relações mereonímicas, hipo e hiperonímicas. Observe:

(13) *Sai da vitrola a música clássica, entra o maracatu. Sai do cardápio o chucrute, entra a buchada de bode. Depois de o alemão Lothar Matthäus abandonar o **Atlético** sem maiores explicações, a **diretoria** resolveu apostar em uma solução com a cara do Brasil: o pernambucano Givanildo Oliveira.*

(Texto: Atlético troca música clássica por maracatu, de Nicolas França, caderno de esportes, Gazeta do Povo – acessado em 25/01/2006)

(14) Não dará para dirigir o carro. O volante está quebrado. (exemplo construído)

Por meio do conhecimento de mundo que temos de um clube de futebol de porte médio, sabemos que *a diretoria* integra seu significado em *Atlético*. Em (14), a retomada ocorre com a parte do indivíduo em uma relação de parte-todo. Com uma extensão semântica, *volante* é parte de carro e pode assim retomar uma ideia nova. Assim como *roda* é parte de carro, *a diretoria* faz parte de *o Atlético*.

3 – construídas por estratégias inferenciais construídas e maximizadas no modelo de mundo textual.

(15) *A vitória da semana passada sobre o Figueirense, que marcou a **trégua entre torcida e time** (Coritiba), deixou claro que essa união será fundamental na luta para evitar a queda. Considerando que o próximo adversário é o líder Corinthians, que acabou de aplicar uma*

impiedosa goleada de 7 a 1 sobre o Santos, o apoio se torna mais importante ainda. “Contamos novamente com todos e esperamos que o time contribua em campo devolvendo a força passada pelos torcedores”, diz o atacante Maia.

(Texto: Gazeta do Povo, de Eduardo Luiz Klisiewicz, caderno de esportes, 20/10/2005)

Várias são as questões envolvidas neste caso (como um final de campeonato, tentativa de não ser rebaixado para a segunda divisão etc), em que a *trégua entre torcida e time* é ancorada por a *vitória da semana passada*. É uma relação possível por inferência direta de um modelo textual. Alguns fatores devem ser de conhecimento prévio de mundo, como o funcionamento e o momento atual do campeonato, por exemplo, para interpretarmos termos como *trégua* ou *apoio*. No exemplo que segue, também é possível pelo modelo textual verificar que a anáfora a *primeira contratação* ativa elementos que foram propiciados pela expressão o *Coritiba* (Clube de futebol).

*(16) Depois das dispensas, os reforços. Dessa forma, o Coritiba pretende apagar o início de “incêndio” que tomou conta do Couto Pereira após as derrotas para o J. Malucelli e Náutico. **A primeira contratação** de uma prometida série com no mínimo cinco jogadores de “peso” será apresentada hoje: o centroavante Willian, de 22 anos, que estava no Boa Vista, de Portugal.*

(Texto: Gazeta do Povo, de Gazeta do Povo on-line, caderno de esportes, 20/10/2005)

Partindo do princípio que o termo envolve várias características desse esporte, uma, em particular, é a introdução de um elemento novo: que o time do Coritiba contrata jogadores.

4 – efetivadas por pronomes que se realizam inferencialmente pelo contexto de produção

(17) *O novo técnico trará consigo o preparador físico Wellington Vero [...] não foi explicada pela **diretoria rubro-negra** como fica a situação do atual titular do cargo, Riva de Carli. Givanildo também pretendia carregar o auxiliar-técnico e o preparador de goleiros do Santa, porém a intenção foi brecada pelo Atlético. “**Eles** não cederam de forma nenhuma. O presidente (do Conselho Deliberativo, Mário Celso Petraglia) falou que o pessoal de lá é bom. Mas é questão de ver. Se eu chegar e ver que não serve, vamos conversar novamente”, avisou.*
(Texto: Atlético troca música clássica por maracatu, de Nicolas França, caderno de esportes, Gazeta do Povo – acessado em 25/01/2006)

Nesse caso, ao contrário da exposição sobre pronomes em (1.1) e (10), ocorre aqui uma introdução de um referente novo, sendo a anáfora em (17) indireta. Enquanto naquela situação havia um referente explícito – a *equipe médica*, aqui por inferência cognitiva podemos interpretar essa anáfora ancorada no referente *Atlético* (mas não uma referência explícita). Fato interessante é que o termo *Paraná*, termo bem similar a *Atlético*, pôde ser retomado pela expressão *jogadores* em (12), como se esta fosse parte integrante do termo. Já aqui em (17), *Eles* refere-se a um grupo de indivíduos contrários à ação do treinador (diretoria), como se fosse outra parte do termo. Assim, fica claro que dependendo da negociação cognitiva, introduz-se um elemento novo para esse termo, característica marcante da anáfora indireta.

Segundo a visão proposta neste estudo de objetos de discurso, quando, por exemplo, temos uma construção com *AI*, eles são ainda sim negociados e não afetam a interpretação dos interlocutores, como o caso apresentado nesse último exemplo. Obviamente, não concluímos que *eles* sejam os jogadores do clube ou zeladores ou torcedores, mas, sim, a

diretoria responsável pela área administrativa. São questões muitas vezes inferenciais, cujo resultado se dá em relação a questões discursivas.

De modo a testar ainda a ideia defendida até aqui propomos uma discussão com o trabalho de Cristo (2005) – dissertação de mestrado *Progressão referencial em redações on-line*, que trata da recuperação de coletivos por anafóricos em textos produzidos por alunos. Segundo Oliveira e Silva (1991), alguns coletivos representam “um conjunto inanimado com elementos humanos”, como, por exemplo: assembleia, departamento de linguística, time do Corinthians, etc.

Cristo (2005) utiliza bastante este termo “conjunto inanimado com elementos humanos”. Um capítulo a questões de coletivos retomados, em processo de referenciação, por *eles*. Ele aponta que nessas produções textuais são emitidos frequentemente termos como *governo, polícia, sociedade, família, autoridades, equipe, quadrilha, gangue* e são mostrados assim como inanimados, mas contendo indivíduos humanos. Podem estar associados ou não por determinantes ou adjetivos, como em *gangue da favela, gangue da Rocinha, a polícia, etc*⁷.

Cristo (2005), em seus estudos, não entende a AI como uma ambiguidade semântica, mas como um processo indireto de anáfora, em que alçaria cognitivamente os indivíduos (animados) que compõem o conjunto denotacional desses termos.

Os exemplos que seguem resumem um padrão de análise de seu estudo:

(18) o idoso deseja descansar ao lado de **sua família**, essa, muitas vezes, o abandona e se esquece completamente o que esse ser tão especial fez por **eles**.

(19) a sociedade poderia se voltar contra **esse governo** e fazer com que **eles**, além de aumentar a aposentadoria dos idosos, lhes dessem uma vida digna de ser vivida (...).

⁷ Cristo ainda analisa o termo *idoso* como representante de um grande conjunto genérico, porém não nos aprofundaremos nessa questão.

A análise de Cristo aponta o termo *sua família* como o termo introdutor do referente, enquanto *eles* é um introdutor de um referente novo, retomando os indivíduos que fazem parte dessa família. Aqui discordamos de Cristo, pois não é um caso “sem referente explícito” e nem há a “introdução de referentes novos”, como já foi visto em (1.1) e (10). Discursivamente parece que há maior estabilidade em pensarmos em “todos” os familiares, ocorrendo assim correferenciação nesse caso. O que difere as duas sentenças é o fato de que, na segunda, *eles* está recuperando um setor do governo responsável por questões de aposentadoria – seriam os indivíduos restritos –, sendo (19) uma referenciação por anáfora indireta.

2.3.3 Anáfora associativa

A anáfora associativa (AA) é um conjunto mais específico de anáfora dentro do campo mais abrangente das Als. Vamos visitar esse campo de estratégia textual com foco voltado aos estudos de Kleiber (2001)⁸ com o intuito de vislumbrarmos, além de outra visão a respeito da análise anafórica do fenômeno proposto neste trabalho, uma contraposição às análises feitas até aqui por Marcuschi, entendidas de um modo geral somente como Als. Enquanto este se apoia em um modelo principalmente cognitivista (há também questões semânticas em sua proposta), aquele atribui às anáforas um caráter exclusivamente lexicalista. Com uma definição mais estreita, a AA tem, segundo Kleiber (2001, *apud* ILARI, ZANIN & BUIN, 2003, P.356), quatro critérios para sua realização:

- a) há introdução de um referente novo;
- b) há menção prévia de um outro referente;
- c) o referente novo é apresentado como conhecido;
- d) no processo como um todo, as construções linguísticas desempenham um papel fundamental.

De modo a exemplificar essas características, destacamos a sentença-modelo explicitada por Kleiber (2001, *apud* ILARI, ZANIN & BUIN, 2003, p. 357):

(20) Ils´abrita sous um vieux **tilleul** (“tília”, árvore). **Lê tronc** était tout craquelé⁹.

A tese de Kleiber é a de que, para este caso, toda tília tem tronco, em razão disso sabemos que *tronco* é anáfora de *tília*. Desse modo, a anáfora não pode ser mais informativa do que o referente, devendo sempre ocorrer numa relação descendente, e é assim que esse estudioso propõe a estereotipicidade das AAs.

⁸ Texto este discutido e apresentado por Ilari, Buin e Zanin (2003), no *Caderno de Estudos Lingüísticos*.

⁹ Tradução: “Eles estavam debaixo de uma tília. O tronco estava todo rachado”.

Para compararmos a AA com o modelo de AI mais geral visto até aqui, reapresentamos a conceituação de AI de Schwarz (*apud* Marcuschi, 2005, p. 59) com os acréscimos de Marcuschi em colchetes:

No caso da Anáfora Indireta trata-se de expressões definidas [e expressões indefinidas e pronominais] que se acham na dependência interpretativa em relação a determinadas expressões [ou informações constantes] da estrutura textual precedente [ou subsequente] e que têm duas funções referenciais textuais: a introdução de novos referentes (até aí não nomeados explicitamente) e a continuação da relação referencial global.

Diferentemente de Marcuschi, que propõe que a AI também pode ser composta por um artigo indefinido, Kleiber estabelece para a AA a definitude. Isso quer dizer que, em um campo mais estreito, as AAs não vêm introduzidas por artigos indefinidos, a não ser que elas carreguem valor partitivo, como mostra o exemplo do autor (*apud* por Ilari, Buin e Zanin, 2003):

(21) Lês policiers inspectèrent la voiture. Une roue était pleine de boue (une roue = une des roues)¹⁰.

Em (21), *Une roue* (uma roda) é uma expressão que remete a uma relação de **parte de** e tem valor na sentença de *uma das rodas*, tendo assim um caráter de definitude por Kleiber. O autor também defende uma posição léxico-estereotípica à AA. Nesse processo, emerge a seguinte estratégia: o primeiro referente contém uma propriedade estereotípica, de modo a licenciar uma possível relação descendente com uma anáfora, isto é, o processo de associação lexical sempre ocorre do antecedente à expressão anafórica. Essa também é uma visão que rompe a conceituação de Marcuschi para as AIs, pois, para este, há a possibilidade de uma relação anafórica com um termo subsequente, como vimos.

¹⁰ Tradução: Os policiais inspecionaram o carro. Um roda estava cheia de lama (uma roda = uma das rodas)

Para Kleiber, a AA: “1) é prévia ao texto (não é instaurada por ele); 2) pode ser afirmada entre referentes de um certo tipo em termos genéricos; 3) se estabelece entre dois referentes distintos mencionados no texto; 4) não tem origem situacional” (Kleiber, 2001, citado por Ilari, Buin e Zanin, 2003, p. 359). Com isso, o autor reforça a ideia de que a AA ocorre no processo de cognição ou da pragmática, discussão essa que é desenvolvida durante todo seu texto em contraposição às ideias de Charolles. Este tem como princípio que a AA pode se efetivar numa relação com o contexto ou com a pragmática. É desse modo que a AA tem um caráter lexical muito forte, isto é, tem uma função mais gramatical e formal na língua natural do que propõem alguns teóricos como Marcuschi e Charolles.

Das análises que efetuamos até esse momento, é possível ver que alguns exemplos propostos por Marcuschi não são encarados como uma AA por Kleiber. É o caso de AIs relacionadas cognitivamente a modelos mentais, que vimos anteriormente. Retomamos agora o caso (11), mas sob o viés de Kleiber:

(11) *São Paulo (AE) – Num jogo cheio de polêmicas por causa de erros do trio de arbitragem, o São Paulo derrotou de virada o Santos por 3 a 1, ontem, no Morumbi e adiou para o próximo fim de semana a decisão do Campeonato Paulista(...). **O zagueiro Luís Alberto** dava condições.*

(Texto: “São Paulo vende clássico e adia a definição de campeão”, Caderno de Esportes, *Folha de São Paulo*, Paulo Cobos)

Para a teoria exposta, a expressão *o zagueiro Luís Alberto* teria somente a característica de ser um elemento novo, mas não de ser uma anáfora. Por uma análise léxico-esteotípica, deveriam contar alguns fatores:

a) a estrutura de um time de futebol não é tão genérica quanto a composição de uma árvore (árvores têm troncos);

b) não há uma expressão tão clara para licenciar *o zagueiro Luís Alberto*;

c) para as AAs, a relação anafórica deve contemplar o elo *termo-termo*, e não termo-contexto ou termo-relação pragmática;

Já por uma análise cognitivista, é possível inferir que dentro de um conjunto de futebol há jogadores defensivos chamados de *zagueiros*, e nesse subconjunto entraria a expressão *Luís Alberto*.

Depois de entendermos rapidamente como se aplicam as anáforas sob um viés léxico-estereotípico, enfatizamos ainda mais nosso viés cognitivo e discursivo para o caso das anáforas. A licença por meio do léxico torna-se reducionista tendo em vista a noção de referência que tem como base a negociação dos termos, de Mondada e Dubois (2003). Para o fenômeno aqui estudado, há muito mais uma estratégia contextual e cognitiva na recuperação anafórica, mantemos nossa posição cognitivista do caso e assumimos a visão de Marcuschi (2003) para uma classificação anafórica, apesar de discordarmos de alguns pontos defendidos pelo autor. Assim, obviamente, esse diálogo com a proposta de Kleiber foi de suma importância como comparação e teste das análises já vistas.

Contudo, a proposta lexical-estereotípica não abala nossa posição a respeito da ambiguidade de coletivos, entendida aqui como um processo construído a partir de anáfora com pronomes inferenciais, como vemos quando analisamos novamente o exemplo (22) que segue:

(22) *O novo técnico trará consigo o preparador físico Wellington Vero – não foi explicada pela **diretoria rubro-negra** como fica a situação do atual titular do cargo, Riva de Carli. Givanildo também pretendia carregar o auxiliar-técnico e o preparador de goleiros do Santa, porém a intenção foi brecada pelo Atlético. “**Eles** não cederam de forma nenhuma. O presidente (do Conselho Deliberativo, Mário Celso Petraglia) falou que o pessoal de lá é bom. Mas é questão de ver. Se eu chegar e ver que não serve, vamos conversar novamente”, avisou.* (Texto: Atlético troca música clássica por maracatu, de Nicolas França, caderno de esportes, Gazeta do Povo – acessado em 25/01/2006)

Não é possível afirmar que temos aqui um caso de AA, pois, apesar de haver um referente textual explícito textualmente, *diretoria Rubro-negra*, a inferência a partir daí é fortemente construída a partir de construções pragmáticas e cognitivas. Desse modo, a posição de Kleiber baseada no léxico não interfere, ao menos não no texto com o qual trabalhamos, em estratégias anafóricas como as de (22).

Considerações do segundo capítulo

Em resumo, primeiro, podemos relacionar a discussão trazida nesta seção de LT com o conteúdo mostrado no capítulo inicial. Verificamos que enquanto o estudo tradicional apresenta uma classificação dos coletivos e uma breve explicação de seu uso em silepse ou concordância ideológica, pouco estudo é dedicado à sua aplicação em discursos, como uma ferramenta textual. Além disso, muitas vezes é taxado como uma figura de sintaxe, o que a gramática tenta rotular como algumas anomalias da língua.

Segundo, essa verificação de anáforas marcada por uma teoria de texto é fundamental para análise e desenvolvimento de nosso objetivo. A questão de caracterizar e identificar a relação que ocorre entre a anáfora e o coletivo é um dos passos que consideramos fundamental para identificar, por estudos linguísticos, a singularidade e a pluralidade do coletivo.

As duas anáforas que fazem o papel de retomar coletivos, ao menos no corpus estudado, são a anáfora direta por correferenciação e a anáfora indireta que se enquadra no modelo *efetivadas por pronomes que se realizam inferencialmente pelo contexto de produção*. A primeira marca a relação de ambiguidade semântica em (1.1) e (10), por exemplo, em que os referentes são os “mesmos” indivíduos que constam nas anáforas. Há nesses casos uma identidade referencial entre a anáfora e o coletivo. Na segunda, a AI, há uma introdução de elementos novos no discurso, por exemplo, a anaforização de (22), em que ocorre uma retomada de um coletivo implícito co-textualmente. Em AI, por questões inferenciais, chega-

se à ideia de que o termo *a diretoria rubro-negra* seja parte do referente textual, e *eles* represente aqueles que têm a função de tomar decisões.

Podemos observar que, tanto no caso de AD como no de AI, não se trata de uma silepse, mas sim de uma retomada que revela a ambiguidade semântica de (de número diria a gramática) um termo coletivo, cuja comprovação se dá na pluralização da anáfora. É um processo que conta com uma complexa relação que envolve questões semânticas e discursivas.

A teorização de Mondada e Dubois (2003) foi central para nossa opções teóricas, pois vimos que a decisão de retomada lexical muitas vezes dependia da referência cognitiva do termo envolvido no processo, a qual era decidida realmente num acordo discursivo. Temos como exemplos disso as análises de (2), (12), (14) e (20).

CAPÍTULO 3. ANÁLISE SEMÂNTICA

A referência de sintagmas nominais é uma temática bastante discutida e analisada em linguística formal. Em um modelo de mundo possível, uma linha de semântica referencial (SR) busca representar expressões (como os coletivos, por exemplo) ou sentenças que se relacionam diretamente a fatos, estados ou coisas externas à linguagem ou, segundo Frege (apud Muller et al. 2003), explicitar a organização de fenômenos, cujo processo independe do discurso.

Assim, este capítulo objetiva, sob o viés da semântica, verificar como ocorre a relação entre coletivos e indivíduos de um modelo de mundo, procurando explicar a sua singularidade e pluralidade. Também trazemos como objetivo deste capítulo mostrar como um coletivo pode denotar vários conjuntos diferentes de referentes¹¹.

Porém, ao nos depararmos com esses termos, que são somas de indivíduos (grupos), temos problemas nesse processo representacional, pois algumas expressões parecem ter referência¹² não específica ou definida (Lyons 1977). Desse modo, objetivamos nesse item caracterizar como os coletivos peculiarmente referenciam as coisas no mundo.

Desse modo, podemos nos questionar: a referência de termos coletivos é abstrata? Será que ocorre ambiguidade semântica quando coletivos estão em processos inferenciais como a sentença (1)?

(1) **A equipe médica** se reuniu ontem. **Eles** tiveram muita divergência de ideias.

Para esse questionamento, adentraremos em teorias e estudos semânticos sobre termos plurais, coletivos e de grupo. Depois, no terceiro capítulo, analisaremos os diversos textos jornalísticos dos jornais *Gazeta do Povo* e *Folha de São Paulo*, em razão de entendermos que devem ser feitas

¹¹ Uma intersecção com o segundo capítulo pode ser feita aqui, assim como responder por que um termo como, por exemplo, *Atlético* ora pode representar os jogadores ora os dirigentes.

¹² Os termos *referente* e *referência* são utilizados em SR para designar a relação de expressões lingüísticas com os indivíduos do mundo.

várias constatações semânticas, muitas vezes associadas à questão textual esboçada no primeiro capítulo.

Os termos coletivos devem ser definidos aqui referencialmente, como também comparados com outros sintagmas nominais, como os nomes próprios e termos simples. O nosso corpo referencial teórico é composto pelos seguintes autores: Lyons (1977) – semântica referencial geral, denotação, conotação, sentido e referência; Link (1983) – teoria dos reticulados e Landmann (1989) – termos de grupos, os quais foram escolhidos principalmente por apresentarem amplo repertório na área de semântica. Destes, os estudos de Lyons são os que com mais recorrência serão explorados, por serem definidores de questões importantes e básicas para o desenvolvimento deste trabalho.

Para adentrarmos na questão linguística a respeito da referência dos coletivos, temos que entender primeiro, em semântica, como se processam inferência, denotação e sentido. Assim, nos itens que seguem, trataremos desses elementos, que nos darão subsídios para tais raciocínios.

3.1 Inferências

A SR se faz em torno de raciocínios lógicos. As inferências efetivam-se por meio de regras ou métodos (raciocínios). A possibilidade de se interpretarem anáforas de coletivos numa sentença, por exemplo, advém das inferências que fazemos. Aí está um ponto fundamental: toda anáfora¹³ é inferencial. Assim, quando estamos diante de expressões coletivas, temos, necessariamente, que pensar em raciocínios válidos para o uso desses termos como estratégias textuais, conexões textuais, ou como simplesmente introdução de um termo no texto. As inferências não envolvem somente a recuperação de um termo na oração, como no caso mencionado, mas sim os processos de linguagem e comunicação. Observe o exemplo (23) que segue:

¹³ A palavra *anáfora* é utilizada pela semântica similarmente à anáfora direta tal como empregada pela LT. As anáforas indiretas (assim classificadas pelas LT) serão equivalentes àquilo que em semântica é denominado de *processos inferenciais*.

(23) Essa é a **família de Pedro**. **Eles** são demais.

Segundo Chierchia (2003, p. 52), a avaliação desse raciocínio indicando se a inferência é ou não verdadeira pode ser composta tanto de aspectos textuais como cognitivos, o que, na verdade, é a representação de conjunto de características linguísticas e de conhecimento de mundo, por meio do qual é possível fazer uma reflexão, por exemplo, sobre dois referentes, sobre elos textuais. Ao se recuperar o termo “família de Pedro” através do pronome “eles”, inferimos sobre um termo coletivo (por conhecimento de mundo) que, dentre possibilidades interativas, retoma o sintagma “a família”. Para que isso se concretize, “a família” e “eles” devem ser os mesmos indivíduos. Se essa relação for bem-sucedida, a paráfrase que segue também assim o é:

(24) Essa é a **família de Pedro**. **A família de Pedro** é demais.

Desse modo, podemos dizer que o referente (a família de Pedro) autoriza o pronome (eles) da segunda sentença, o que se comprova com a paráfrase. Outra representação a respeito desse processo poderia ser a conjunção dessas proposições, nas quais, por inferência, sabemos que necessariamente devem ser verdadeiras, como no cálculo que segue:

a) Para $A \wedge B$ ser uma conjunção verdadeira, tanto A como B devem ser verdadeiros.

Em (24), caso uníssemos as duas proposições em uma sentença por uma conjunção, teríamos por certo que tanto A como B, que são individualmente verdadeiras, resultam numa única e verdadeira sentença.

Para a questão de referência de coletivos, consideramos de fundamental importância os conceitos de denotação, sentido e referência que fazem parte das subseções que seguem.

3.2 Denotação

Uma língua, via de regra, tem instituído um léxico – um conjunto de palavras. Somado a isso, existem regras que regem essa língua e combinam essas palavras. Estas, segundo abordagem geral de semântica, denotam algo. É desse modo que se convencionou a cada objeto, um termo, ou seja, as expressões linguísticas com que representamos o mundo e com as quais nos comunicamos são dadas por convenção. Com uma análise de (25), podemos entender esse processo:

(25) A **comunidade** é de plantadores de café.

A *comunidade* é uma expressão que denota um conjunto de indivíduos. Já a palavra *café*, nesse exemplo, é, dentre as várias designações lexicais que carrega a planta café. Evidencia-se, assim, que há uma estreita relação de processos de referenciação com o tipo de predicado em que os termos estão inseridos, sendo que a ligação entre o sujeito e o predicado, em (25), é o verbo de ligação *é*. O sintagma *a Comunidade* – que representaremos por *x* – é um termo coletivo que parece estar relacionado a um grupo “fechado” de indivíduos, os quais o compõem. Já “plantadores de café” – que representaremos por *y* – é uma generalização sobre o primeiro conjunto (a comunidade), pois, em nosso conhecimento de mundo, sabemos que nem todos precisam ser plantadores de café para que a comunidade ganhe essa propriedade. Então, *x* tem uma relação direta com *y*. Enquanto *x* denota um conjunto de indivíduos, *y* refere-se a um subconjunto determinado de *x*. Esse processo acontece neste caso, pois depende, como já dito, em parte, da organização da sentença.

Assim, uma das formas que a semântica utiliza é verificar no mundo o que as expressões linguísticas denotam. Contudo, quando pensamos em alguns coletivos específicos, como, por exemplo, *assembléia*, podemos ter problemas de denotação.

Para Chierchia (2003, p. 46), “A denotação ou referência é o único conceito central da semântica. Tal enfoque nos leva a dizer que um nome

está relacionado a um indivíduo [por exemplo], o indivíduo registrado no cartório do registro civil com aquele nome (...). Parece a princípio que este autor entende como iguais os termos denotação e referência, mas depois vemos que isso não se confirma, pois cada um deles tem características semânticas próprias.

Lyons (1977, p.187), postula que denotação é “a relação existente entre um lexema e as pessoas, coisas, lugares, propriedades, processos e actividades exteriores ao sistema linguístico”, e, somado a isso, os lexemas primeiro denotam algo, depois em uma sentença, quando em uma expressão referencial, aí sim tem o poder de referenciar. Mediante o conjunto licenciado pela denotação e pela relação que os termos têm na frase que é possível determinarmos uma referência semântica.

No trecho que segue, analisamos o termo *equipe de bobsled* em sua referencialidade semântica. É importante entender, antes mesmo de entrarmos na conceituação de referência, que há uma relação entre o referente e a retomada anafórica, pois o que é recuperado pelo anafórico é o plural dos termos, mesmo que apresente, no termo introdutório, morfologia singular.

(26) *Parte do treinamento da **equipe de bobsled** só não foi mais constrangedora porque dava para disfarçar. Sem equipamento, **eles** simulavam o impulso do trenó empurrando um carro. “Quem não sabia que eram atletas achava que estávamos ajudando alguém”, brincou Edson Bindilatti.*

(texto: *Improviso move o Brasil na Olimpíada gelada* de Ana Luzia Mikos e agências, 18/01/2006).

O lexema *Equipe de bobsled* denota o conjunto das equipes de bobsled. Quando, na sentença, a expressão ganha referência, que são os indivíduos no mundo que somados compõem a equipe. A referência é mais definidora de que indivíduos estamos falando (como veremos adiante), ou seja, no conjunto dessa expressão há vários elementos que o compõem e que se revelam com a retomada pelo elemento *e/es*. Difere, assim, da

denotação, que nos dá um panorama geral do conjunto das equipes do qual selecionamos - uma específica equipe de bobsled. Veremos no Subitem 3.5 um melhor enquadramento para a denotação quando tratarmos do modelo de reticulado.

3.3 Sentido

Muller (2003) resume muito bem o desenvolvimento da ideia de Lyons sobre sentido, dizendo que “o sentido é o modo de apresentação através do qual uma expressão indica sua referência, o modo como uma expressão apresenta a entidade que ela nomeia (MULLER, 2003, pág. 62)”. O sentido relaciona-se com a proposição informativa de um termo ou de um enunciado. Ele depende, desse modo, de um dado contexto, de uma conexão entre o que é dito e sua possível relação com o mundo. Há sentenças, como os coletivos, que podem simplesmente citar elementos, mas não especificamente referir indivíduos no mundo.

Contudo, não é correto interpretar que o significado de uma expressão como, por exemplo, *Jorge*, seja o indivíduo no mundo que responde por esse nome. O significado é um processo muito mais complexo. Mas, antes, temos que lembrar o que é denotação, para que não tenhamos uma definição fraca a respeito desses termos. Conforme explicita Mil citado por Lyons (1977), um termo “x” denota o conjunto dos indivíduos “x” do qual ele é o nome. Já o significado envolve muito mais o sentido da palavra. Assim, podemos partir do princípio de que o significado de um termo não é o objeto a que ele faz referência. Se o significado se resumisse ao referente de mundo, teríamos uma expressão tautológica em (27), o que definitivamente não ocorre:

(27) A Lua é o satélite natural da Terra.

Tanto a expressão *a lua* como *o satélite natural da Terra* têm o mesmo referente, porém, contêm sentidos diferentes. Podemos confirmar

isso ao analisar a sentença que segue, pois, além de esta ser tautológica, tem também uma informação diferente de sua análoga (27).

(28) **A Lua é a Lua.**

Assim é possível verificar que *sentido* não contempla apenas o processo de denotação, e sim, como já apontamos, tem relação com o conteúdo informativo da expressão ou da sentença. Também devemos lembrar que em (27) e em (28) o processo referencial é dependente de um contexto situacional dado pelo discurso.

Para uma exemplificação dos termos que refletimos nesta seção, analisaremos o texto que segue:

(29) *Novembro de 2005, a diretoria do Paraná lança o projeto “Vila, Tá Na Hora” e, interessada em voltar para casa, descarta qualquer chance de vender jogos de seu mando para outras cidades. Abril de 2006, campeão estadual, com todos os camarotes da “nova” Vila Capanema vendidos diante de uma grande mobilização por parte da torcida, o clube prevê só para julho o retorno à sede e, ao contrário do que prometeu, negocia partidas antes deste prazo – o duelo contra o Corinthians, em 14 de maio, será em Maringá, e o jogo com o Grêmio, na próxima semana, pode ir para Cascavel. (...)*

“Acho isso uma falta de respeito com a torcida. Se ainda não dá para ser na Vila tem o Pinheirão e até o Couto Pereira (o Paraná tem direito a dois jogos no estádio do Coxa como parte da negociação de Renaldo)”, reclamou o empresário Aloir Marchezine, que adquiriu um camarote no valor de R\$ 25 mil com mais quatro amigos.

Uma cláusula no contrato de compra do espaço vip diz que, em caso de troca no local dos jogos, o proprietário tem direito ao melhor local da praça de esportes onde a partida for realizada. Fato que não convence os torcedores.

“E a despesa da viagem, quem paga? Cadê o respeito com quem comprou camarote? Chega de ser mal tratado em Maringá. Lá somos bichos estranhos”, argumentou Marchezine, que foi ao Willie Davids nos quatro encontros diante dos paulistas na temporada passada.

(...)

*“Se vencesse os jogos contra os grandes paulistas do ano passado em Curitiba, o **time** estaria na Libertadores e teria muito mais lucro. Agora já virou festa. Todas as cidades levam jogo do Paraná”, lamentou.*

(...)

*“Futebol só se faz com dinheiro em caixa. Temos de tapar o buraco que representa o Campeonato Paranaense”, afirmou o vice-presidente **José Domingos**.*

(...)

“O jogo contra o Corinthians ainda passa. A questão financeira é importante, mas vender outros jogos além deste já é besteira”, disse o empresário Diego Loureiro.

(Texto: Venda revolta sócios da Vila, de Robson de Lazzari, caderno de esportes, 02/04/2006)

Para análise deste texto, direcionamos nosso estudo às questões de termos coletivos. Primeiro, tomamos do texto a expressão *a diretoria do Paraná* e inferimos que ela seja formada por *x, z, y* e *José Domingos*. Com isso, podemos criar duas sentenças diferentes, (30) e (31), para tratar do grupo que forma a diretoria. Então temos que:

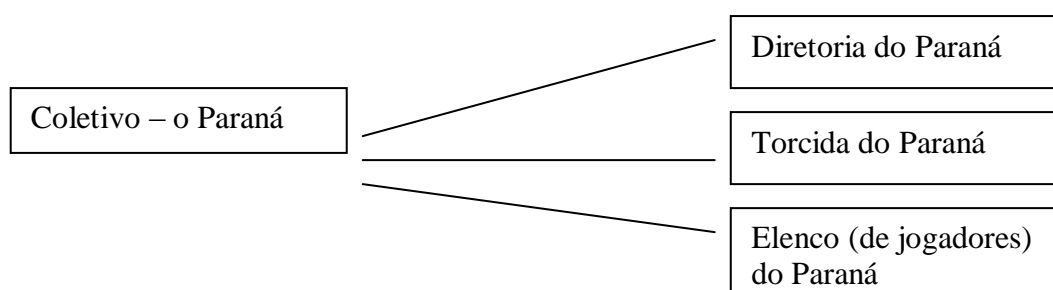
(30) **x, z, y** e José Domingos lançaram o projeto “Vila tá na Hora”.

(31) **A diretoria do Paraná** lançou o projeto “Vila tá na Hora”.

Embora as duas sentenças tenham os mesmos referentes no mundo, não contêm o mesmo conteúdo informativo. O sentido de um termo de grupo é “forte” no texto, ou por se tratar de uma estratégia textual que enfatiza um

caráter genérico de um elemento textual, ou por caracterizar uma instituição, como *em diretoria do Paraná*.

Segundo, tomamos o termo *a torcida*, que se refere à parte do coletivo, sendo que esta representa de modo implícito a instituição Paraná. Isso quer dizer que há a possibilidade de retomar um termo lexical coletivo por outro coletivo (*Paraná – a torcida*). Esse processo indireto de retomar indivíduos, em semântica, não ganha a denominação de anáfora como na literatura de LT, mas sim é uma inferência que deriva do sentido da expressão. Podemos ver no gráfico alguns itens que podem retomar a instituição o *Paraná*.



Com isso, podemos concluir que termos coletivos podem denotar termos coletivos, podendo ser ambos conjuntos independentes, que se realizam em diferentes âmbitos.

Terceiro, quando pensamos na questão de que o termo coletivo e sua anáfora (ou inferência), além de terem sentido (carga informacional) diferente, apresentam morfologia diferente em todos os casos aqui analisados, sendo que os testes a seguir parecem comprovar a ideia de que o coletivo é ambíguo. Nas sentenças que seguem, deve ser assumido que as proposições são todas verdadeiras e que os indivíduos de cada sentença são os mesmos.

(32) **Carlos** voltou para casa (...) **o médico** estava cansado.

(33) **O médico** voltou para casa (...) **Carlos** estava cansado.

(34) **A equipe médica** se reuniu ontem. **Eles** tiveram muita divergência de ideias.

(35) ***Eles** se reuniu ontem. **A equipe médica** tiveram muita divergência de ideias.

Podemos notar que, com base na noção de sentido de Lyons, o coletivo tem um comportamento realmente peculiar em língua natural e que a compatibilidade de permuta dos termos na sentença parece confirmar a sua ambiguidade singular e plural. Atentemos agora para questões de referência que tanto já foram discutidas neste trabalho.

3.4 Referência

Para Lyons (1977), referência é o processo que, por meio de uma expressão, é possível – quando bem sucedida – identificar um indivíduo no mundo. Ao processo de identificação (do lexical ao cognitivo) é dado o nome de referência.

Das expressões que geralmente têm referência bem sucedida, segundo Lyons, podemos considerar aquelas formadas por sintagmas nominais definidos em detrimento das formadas por sintagmas nominais indefinidos. Os definidos são caracteristicamente definidores de qual indivíduo (ou uma classe de indivíduos) estamos apontando no mundo. Por exemplo, quando falamos *o menino*, identificamos um referente no mundo assim denominado e diferenciamos-lo dos demais dentro de um dado discurso. Muitas vezes, podem ter um complemento que facilita a sua localização, como “o menino da casa”, “menino nº1 da classe” etc. ou uma oração relativa, porém quase sempre esse recurso não é preciso, pelo fato de o interlocutor já conhecer tal indivíduo (ou classe de indivíduos), seja pelo contexto linguístico, seja por conhecimento de mundo. Contudo, há definidos que, por sua função sintática de predicação na sentença, apresentam problemas com referência ou mesmo não têm referência concreta.

Segundo Lyons (1977), por sua vez, os indefinidos (caso tenham referência) não referem claramente um indivíduo em um modelo de mundo. Podemos analisar, por exemplo, a expressão “um médico” que tem referência vaga, mas que possivelmente pode ser preenchida. Isto é, se tomarmos a seguinte sentença “um médico recebeu uma quantia em dinheiro pela operação”, em que não é possível identificar prontamente um referente no mundo (referência vaga) e na sequência do discurso há uma complementação com “Jorge é nome”, o referente passa a ter uma referência bem-sucedida.

O autor apresenta, em um resumido aparato teórico, um importante tipo de referência para nosso estudo, a referência geral, mostrando que esta se caracteriza por tratar de grupos de indivíduos ou expressões no plural. Ainda apresenta que esses têm referência distributiva ou coletiva. Caso tenhamos encontrado um sintagma nominal geral em que a referência divide-se apontando para cada um dos membros do grupo, temos a chamada *referência distributiva*. De outro modo, quando a referência aponta para o sentido de todo o grupo, entendendo-o como coletivamente, temos a denominada *referência coletiva*.

Para uma primeira exemplificação desses posicionamentos a respeito de referenciação semântica, desde a referência geral até a referência coletiva, dispomos o exemplo (36) e recuperamos um trecho de um texto já explicitado na p. 32, renumerado como (4.1):

(36) *Para alguma coisa serviu a constatação, confirmada pelas últimas pesquisas, que os índices de popularidade do presidente-candidato Lula não despencaram com os escândalos de corrupção que destroçaram **a equipe dos companheiros petistas da primeira hora** e, em milagre que desafia interpretações, sustenta o seu favoritismo para a sonhada reeleição.*

(...) *“O governo tomou a decisão de mandar a medida provisória (a MP que libera R\$ 24 bilhões para as estatais) porque o Congresso não consegue votar o Orçamento”. E vai fundo no embalo da imaginação: “O **governo** não pode ficar parado, tem que administrar o*

país. Afinal de contas, tem muita coisa em andamento no Brasil e precisamos de dinheiro para poder tocar as obras.”
(Texto: *Lula descobriu o governo*, de Villas-Bôas Corrêa, editorial, Gazeta do Povo – acessado em 20/03/2006)

(4.1) ***Alguns peemedebistas e a ala pró-Requião do PSDB*** *esperam que o próprio PSDB nacional volte atrás e passe a apoiar a coligação. É que na avaliação deles, com o fim da união com o PMDB do Paraná dois políticos sairiam perdendo, Geraldo Alckmin, candidato à Presidência, e Alvaro Dias, ao Senado.*
(Texto *Fim da coligação com PSDB faz PMDB repensar a chapa* 10/08/06 – Folha de São Pulo)

De modo a explicitar os conceitos apresentados, tomamos a expressão *o candidato Geraldo Alckmin* em (37), que é um termo que refere um indivíduo que, em um modelo de mundo, responde por esse mesmo nome e podemos distingui-lo dentre os demais do contexto. É o caso de referência por meio de um sintagma nominal definido, ou seja, é um caso claro de referência bem-sucedida. Já em *um partido que perdeu quadros históricos* há a referência vaga, mas preenchida textualmente (e anteriormente) pelo termo *PT*. Observe esses termos nas expressões selecionadas que seguem:

(37) (...) **o candidato Geraldo Alckmin** ensaia os primeiros contatos com o esquivo eleitorado nordestino, núcleo lulista.

(38) (...) **um partido** que perdeu quadros históricos e sofre o bombardeio da confirmação pela Justiça do caixa 2 e do mensalão (...)

Geralmente, atribui-se às expressões indefinidas a função de introdução de um indivíduo novo na interlocução, como na sentença (38), e às definidas, como em (37), a retomada ou a menção de um termo já conhecido textualmente ou discursivamente. Porém, isso não é regra para

textos jornalísticos com os que trabalhamos neste estudo. Em casos em que o contexto é conhecido pelos interlocutores ou em um contexto pragmático, é possível apresentar um indivíduo diretamente com o uso de uma expressão referencial definida, como podemos observar em (39), em que a expressão que se refere ao governo tratado já é sabida pelos interlocutores como o governo brasileiro. Já em (40), temos uma retomada textual em que já sabemos de que indivíduos do governo se trata.

(39) “O governo tomou a decisão de mandar a medida provisória (a MP que libera R\$ 24 bilhões para as estatais) porque o Congresso não consegue votar o Orçamento”.

(40) “**A maioria governista** está perdida no pantanal das denúncias do escândalo de corrupção (...)”.

Além dessas exemplificações, ainda há o caso em que o interlocutor se baseia pelo contexto da pragmática. Por exemplo: uma pessoa está no congresso e observa que o presidente da assembléia saiu do recinto e que, ao retornar à instituição, é simplesmente declarada a sentença (41). Ainda sim há uma referência bem-sucedida.

(41) **O presidente** voltou para finalizarmos a votação. (exemplo construído)

Expressões indefinidas podem conter problemas de referência, pois podem gerar para o leitor dualidade na interpretação. Em (42), por exemplo, temos interpretações com ambiguidade causadas em razão de uma construção de uma referência indefinida.

(42) Todos os dias, uma equipe médica opera **um paciente**. (exemplo construído)

Caso seja uma mesma equipe que dia a dia opere um paciente, temos apenas um referente em uma relação bi-unívoca com a expressão

linguística, e a referência é denominada de específica. Por outro lado, se a cada dia uma equipe diferente efetuar uma operação em um paciente, temos a referência não-específica. É possível muitas vezes não termos referência nenhuma quando nos deparamos com proposições como (43). É típico o uso nesses casos de verbos que denotam vontade, crença, questionamentos etc.

(43) O chefe do Centro Cirúrgico acredita que, um dia, **uma equipe médica** fará um transplante de coluna vertebral. (exemplo construído)

Finalmente, podemos trabalhar com a questão dos coletivos, depois de evidenciada essa base teórica, com os termos que trazem coletividade. Propositamente, foram destacados, no texto *Lula descobriu o governo* (36), vários termos coletivos e retornamos, claramente, na dificuldade que temos de referenciar esses termos. Assim, devemos nos apropriar da questão sobre as expressões referenciais que podem se referir à classe de indivíduos (gerais) e à espécie de indivíduos, e assim direcionaremos nosso foco, por uma questão de delimitação teórica. Temos que a expressão *a equipe dos companheiros petistas da última hora*, em (44), em uma primeira análise, tem como referentes os indivíduos que a integram e que somados formam a equipe.

(44) Os escândalos de corrupção que destroçaram **a equipe dos companheiros petistas da primeira hora**.

Para a classe de indivíduos, referimo-nos de um modo geral – coletivamente – (abrange a classe no seu total), para a equipe, sendo que a expressão pode ser entendida também como uma “entidade”. Parece, a princípio, uma referência geral. De outro modo, surge a sentença (45), em que o quantificador “a maioria” da sentença é de difícil definição. Lexicalmente, é consagrado que o termo *maioria* representa 50% mais um, mas saber exatamente a referência neste caso, somente por meio textual, é bastante complicado.

(45) A maioria governista está perdida no pantanal das denúncias do escândalo de corrupção (...).

Pela construção da sentença, a interpretação mais provável é a que abrange a não-especificidade do referente (a maioria governista), entendido somente como representação de grupo. Mesmo assim não há como negar que existe um referente identificável no mundo, o complexo é delimitar o seu escopo.

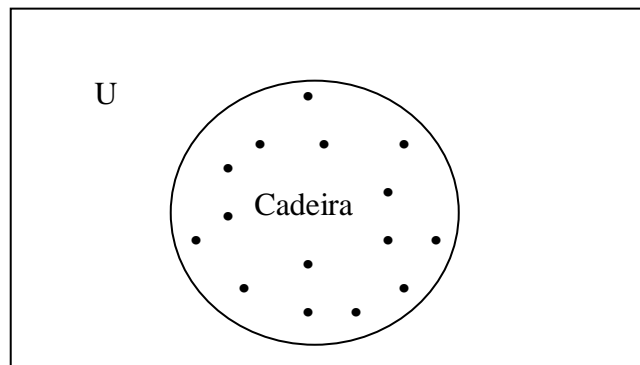
Depois de analisarmos algumas peculiaridades a respeito dos coletivos, adentramos agora na teoria matemática do reticulado, com o objetivo de complementar a definição de denotação e significado dos termos coletivos.

3.5 Um modelo para os coletivos

Como vimos em análise semântica dos termos coletivos, a recuperação anafórica que ocorre desses termos alça um plural. Precisamos de uma teoria de semântica nominal de cuja representação podemos inferir o plural (a soma que há dentro desses coletivos). Temos, antes, que refletir como são denotados os termos de uma língua natural em uma teoria conjuntista, para, depois, adequar um modelo e testá-lo a coletivos em processo de ambiguidade semântica.

Na tradicional teoria de conjuntos (da qual tomaremos alguns de seus pressupostos como já conhecidos), a denotação dos termos pode ser representada por conjuntos que compreendem seus elementos. Por exemplo, vejamos a expressão *cadeira*, que terá a seguinte representação:

Figura 1: Representação do termo *cadeira* no conjunto Universo U.

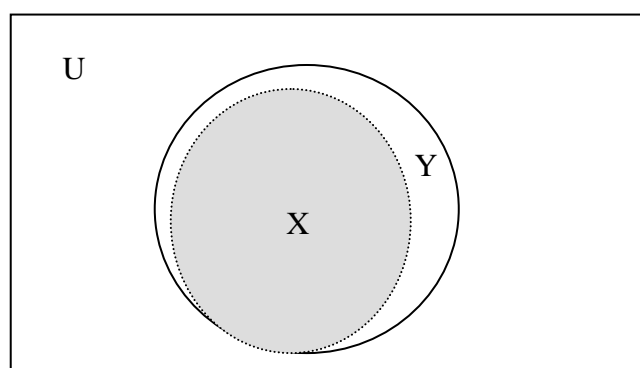


Esse é o pressuposto semântico de que os indivíduos estão dispostos em caráter extensional, no qual um termo designa indivíduos específicos – o conjunto que contém todas as cadeiras dentro de um dado modelo de mundo – para o qual damos a denominação de **U**, *universo de discurso*, sendo este o domínio de interpretação onde são distribuídos ou organizados os conjuntos. A representação algébrica desse exemplo se dá assim:

$$C = \{x \in U / C(x)\}$$

Tomando os pressupostos da teoria, consideramos alguns testes a respeito. Os termos: cadeiras, portas, casas, água, assembléia, povo etc. teriam qual representação nessa teoria de conjuntos? Propomos a seguir a Figura 2, com a representação do termo *cadeiras*.

Figura 2: Representação do termo *cadeiras*



O conjunto das cadeiras (X) é um conjunto originado a partir do conjunto *cadeira* através da operação de soma. Podemos observar que dentro do conjunto (X) temos indivíduos de mesma natureza. Isto é, como vimos no item 3.4, cada parte da soma continua sendo cadeira, pois conta com a propriedade de referência cumulativa. Contudo, intuitivamente, parece não haver um limite específico de onde começa e termina o conjunto que representa o plural. Agora, podemos nos perguntar: como esse modelo resolve problemas como os encontrados nas representações de coletivos? Outro problema encontrado é que alguns coletivos têm propriedade de denotar indivíduos de natureza diversa como o termo coletivo *Paraná Clube*, por exemplo.

Assim, procuramos aqui explicar, através de um meio formal, como os coletivos denotam uma soma – sendo que, diferentemente dos plurais, podem acarretar somas de indivíduos diferentes. Desse modo, estes são os principais objetivos deste capítulo: verificar as propriedades de coletivos e entender a soma que há neles, com a qual ocorre a ambiguidade da retomada anafórica em textos. Apresentamos a seguir uma teoria que trata de plurais: a teoria do reticulado.

3.5.1 Teoria dos reticulados aplicada aos termos coletivos – Link (1983)

Link (1983) apresenta a teoria do reticulado aplicada à língua natural – uma “extensão” à teoria dos conjuntos. Essa teoria ultrapassa o modelo conjuntístico de abordagem clássica procurando dar conta de problemas que esta não conseguia resolver, como a denotação, ao menos de um modo claro, de termos plurais e termos de massa. Segundo Link (1983), em um tratamento referencial, um nome comum tem como denotação um conjunto de indivíduos.

Assim, a estrutura proposta por Link tem como função atribuir a denotação a nomes plurais, sendo que os seus indivíduos podem ser identificados em um reticulado, com caráter extensional.

Reticulado, sob o viés da proposta de Link, tem as seguintes características:

1. é um conjunto parcialmente ordenado, resultado de uma operação de soma e
2. seus indivíduos são concretos e extensionais.

É denominado de reticulado o conjunto parcialmente ordenado – tem como símbolo $\langle A, \leq \rangle$ (o símbolo \leq significa a relação de ordem, de “parte de”) – que contenha, para cada conjunto de dois elementos, necessariamente, um ínfimo e um supremo. Para que haja uma ordem parcial de um conjunto, deve ocorrer uma relação binária entre os elementos do conjunto A, que deve obedecer às seguintes propriedades: reflexiva, anti-simétrica e transitiva. São condições que exigem que o conjunto tenha uma ordenação a partir de elementos semelhantes.

a) propriedade reflexiva

$$\forall x (x \in A \rightarrow xRx)$$

b) propriedade simétrica

$$\forall x \forall y (x, y \in A \text{ e } xRy \text{ e } yRx \rightarrow x = y)$$

c) propriedade transitiva

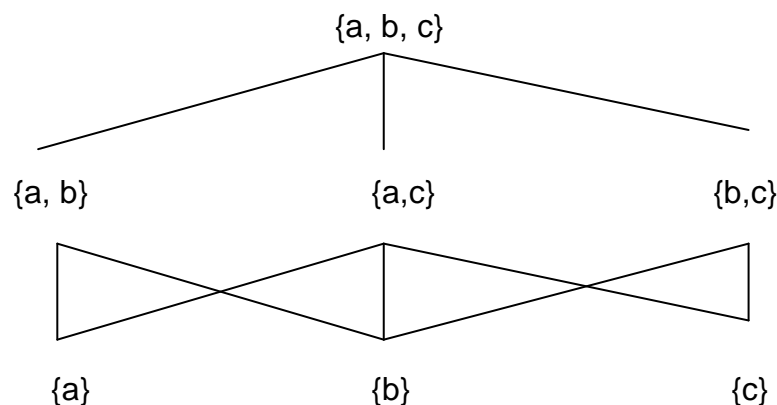
$$\forall x \forall y \forall z (x, y, z \in A \text{ e } xRy \text{ e } yRz \rightarrow xRz)$$

Por esse viés, esses indivíduos se organizam por meio de uma relação de ordem com a qual podemos representar termos plurais e de massa.

Para entendermos melhor o funcionamento desse modelo retomamos o termo *cadeira*. As operações que podemos efetivar sobre essa expressão, como o plural, por exemplo, são possíveis de serem evidenciadas em um reticulado. Enfatizamos que os termos plurais, segundo Link (1983),

denotam reticulados parcialmente ordenados pela relação de soma. Fica excluído, dessa forma, o elemento ínfimo. Assim, para o plural da expressão *cadeira*, imaginemos um dado modelo de mundo composto por apenas três indivíduos (a,b,c). Por esse modelo, podemos combinar, pela operação de soma, esses elementos de modo que todas as combinações ocorram. O reticulado que segue contempla todas essas combinações:

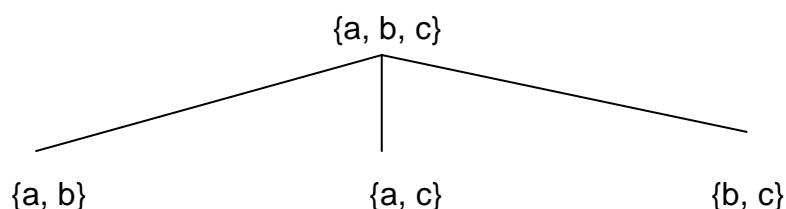
Figura 3 – A expressão *cadeiras* em um reticulado



Podemos observar que nesse modelo todos os elementos $\{a, b, c\}$ foram combinados da seguinte forma: $\{a, b, c\} = \{\{a,b\} + \{a,c\} + \{b,c\}\}$ no primeiro, segundo e terceiro nós, respectivamente. Em cada um desses subconjuntos o mesmo processo ocorre: $\{a, b\} = a+b$; $\{a,c\} = a+c$; $\{b,c\} = b+c$, sendo que a partir dessa relação, e contando com a propriedade reflexiva, chegamos aos elementos atômicos. Esse é um reticulado completo com átomos, pois qualquer de seus conjuntos não-vazios admite supremo (elemento máximo). Isto é, para $\{a\}$ somado a $\{b\}$, tem-se $\{a,b\}$; para $\{a\}$ somado a $\{a,b\}$, tem-se $\{a,b\}$ e assim por diante.

Para a denotação do plural, *cadeiras*, ocorre uma operação sobre o primeiro reticulado, excluindo-se os elementos atômicos. Segue o reticulado que representa o conjunto de *cadeiras*, sendo que serão representadas pela Figura 4:

Figura 4: A representação do termo *cadeiras* em reticulado



Os elementos singulares são retirados do reticulado, denominado de *sup-sub-reticulado completo*. Isso ocorre porque um termo plural deve estar representado pela soma, sendo nesse caso uma operação sobre o reticulado do singular *cadeira*. De um modo simplificado, o plural não chega a um indivíduo singular do conjunto. Cada átomo da Figura 3, $\{a\}$, $\{b\}$, $\{c\}$, pode ser um indivíduo específico de nosso modelo de denotação do termo *cadeira*. Significa determinações como *a cadeira* ou *cada cadeira*, por exemplo. É por essa razão que o sup-sub-reticulado representa o plural. Para os termos de massa, parece que obedecem, segundo Link (1983) à mesma abordagem dos termos plurais. Segundo Link, citado por Borges (2002), “os termos de massa (não-contáveis), como “água”, por exemplo, já viriam “pluralizados” do léxico e sua denotação seria um sup-semi-reticulado (teria a mesma representação da Figura 4) em que, ao invés de indivíduos, os elementos seriam “porções”. Assim, no caso de “água”, o supremo seria o conjunto que reúne toda a água do mundo e os elementos ordenados abaixo do supremo seriam as porções de água”.

E os coletivos, como seriam especificados em um reticulado?

No trecho citado a seguir, Link (2003, p. 306) explicita algumas respostas a essa questão¹⁴:

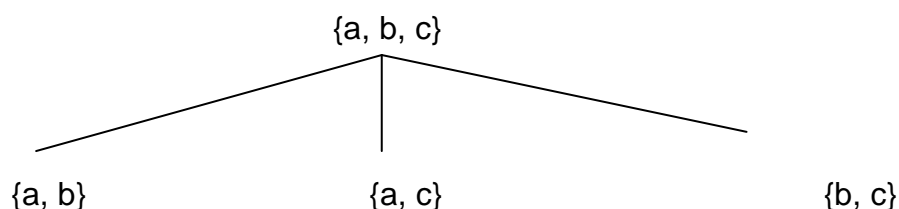
¹⁴ Tradução: O que eu estou querendo propor é basicamente o seguinte. Primeiro, vamos considerar seriamente a mudança morfológica que há na pluralização, presente em muitas línguas naturais, e introduzir um operador, “*”, trabalhando com um predicado de um lugar P , que gera todas as somas individuais dos membros das extensões de P . Como um predicado com essa marca (asterisco) tem agora a mesma propriedade cumulativa da referência que um termo de massa; ele está encerrado sob a formação de soma: qualquer

What I am going to propose, then is basically the following. First of all, let us take seriously the morphological change in pluralization, which is present in many natural languages, and introduce an operator, ‘*’, working on 1-place predicates P , which generates all individual sums of members of the extensions of P . Such a starred predicate now has the same cumulative reference property as a mass predicate, it is closed under sum formation: any sum of the parts which are $*P$ is again $*P$. This property gives rise to the introduction of a Boolean structure on the domain of discourse, E : technically, E becomes an atomic Boolean algebra which is taken to be complete so that every subset of E possesses a sum. Now let $\| \cdot \|$ be the denotation function in a model, and $\| P \|$ the extension of P . Then $\| *P \|$, the extension of $*P$, can be defined in terms of $\| P \|$ as the complete join-subsemilattice in E generated by $\| P \|$.

Por esse viés, o coletivo tem como característica a desinência singular, mas, como os termos de massa, são pluralizados. Com base perspectiva de Link (2003), uma hipótese é entender o coletivo com uma mesma representação dos termos de massa e dos plurais e então entendermos que seus elementos denotam um plural – sendo assim um sup-sub-reticulado. A diferença por esse viés é que o coletivo denota um indivíduo atomizado e também um plural. Isto é, se supormos um conjunto de três indivíduos $\{a, b, c\}$, o coletivo teria como denotação o conjunto plural de indivíduos de um determinado modelo de mundo. Ao contrário do termo plural, que apenas uma soma satisfaz a denotação do termo. Aqui, cada átomo será uma soma combinada de elementos, como numa espécie de falso átomo. Podemos observar um modelo de um nome comum coletivo, como, por exemplo, o termo *time*: Digamos, como já mencionamos, que esse termo denote o conjunto dos jogadores, composto por três times $\{a, b, c\}$. É certo que esse termo é um coletivo e sua representação em um reticulado se dá assim:

soma das partes que são $*P$ são $*P$ novamente. Esta propriedade dá a origem à introdução de uma estrutura booleana no domínio do discurso E : tecnicamente, E torna-se uma álgebra booleana atômica que é tomada para ser completa de modo que cada subconjunto de E possua uma soma. $\| \cdot \|$ torna-se agora a função de denotação em um modelo, e $\| P \|$ a extensão de P . Então $\| *P \|$, a extensão de $*P$, pode ser definida nos termos de $\| P \|$ como uma sup-sub-reticulado em E gerado por $\| P \|$.

Figura 5: O termo *jogadores* no reticulado



Contudo, algumas complicações são facilmente identificadas nesse modelo. Primeiro, coletivos como equipe médica, *Seleção Brasileira*, *Equipe de Bobsled* ou o *Atlético* parecem denotar conjuntos diferentes do que o termo *time* denota. Podemos dizer que esses termos denotam a soma das partes que o compõem e não mais um conjunto de indivíduos. Por exemplo, é contra-intuitivo afirmar que a denotação de seleção brasileira, por exemplo, é apenas o conjunto de jogadores, excluindo-se a equipe técnica, a direção etc. Outro exemplo complexo seria um termo coletivo como UFPR, que denota o conjunto de alunos, de professores, de funcionários etc.

3.5.2 Noção de grupo¹⁵ para Landmann (1989)

Landmann (1989), em um estudo aprofundado da teoria de Link, apresenta um modelo de semântica que diferencia referência coletiva de termo de grupo. Destacamos algumas questões do estudo de Landmann:

a) os coletivos contendo indivíduos dados como concretos por Link podem ter delineamento abstrato em Landmann, no caso de termos de grupo;

Enquanto os plurais apresentam como domínio uma parte ordenada – uma relação de parte de –, na qual cada indivíduo depende da posição que ocupa nessa ordem, os termos de grupo podem acarretar uma coletivização,

¹⁵ A expressão *grupo* para Landmann remete à questão de que os coletivos devem ser analisados como somas impuras, isto é, indivíduos atômicos não são parte mínima do grupo. Cabe ainda mencionar que não há nenhuma ligação com o termo de “grupo”, conceituado por Bechara (2001), já visto no primeiro capítulo deste trabalho.

isto é, o que importa é o conjunto que forma o grupo e não mais seus átomos. Assim, a relação de ordem e a ideia de indivíduos concretos, podendo tomar como representação a Figura 5, não é mais admitido nesse modelo. Fazendo uma leitura de Landmann, Wachowicz (2003, p. 90) explicita essa questão mostrando que

os grupos são independentes de seus membros. Eles não gozam da propriedade de referência cumulativa como acontece com os plurais. Uma parte do indivíduo denotado por 'a Associação' não é uma associação; já a parte de um indivíduo denotado por 'os professores' pode continuar denotando os professores. O importante aqui é não considerar os grupos e suas partes numa relação de 'parte de', como propõe ontologicamente a Mereologia [o reticulado]. A relação nos grupos é a de 'consistir de'.

b) a visão extensional dos indivíduos coletivos pode ganhar um cunho intensional em Landmann

O conceito de extensão na literatura diz respeito à materialidade, a coisas e objetos concretos. Seria a rotulação dos termos em análise linguística, na qual ocorre uma relação direta com um modelo mundo real (mundo possível). O termo *O professor de linguística* em circunstâncias reais (sentença verdadeira) denotaria um indivíduo específico do conjunto de professores de linguística, como na sentença (46), de um determinado modelo de mundo. A sua referência é nesse caso bem-sucedida (obedecendo a condições de verdade), a qual acarreta um indivíduo no mundo e com isso o diferenciamos dos demais dentro de um dado contexto. A intensão, por sua vez, refere-se a conceitos e ideias. Segundo Borges Neto (2003, p. 41), a intensão “é um mecanismo para estabelecer a denotação [...] num certo mundo e num certo tempo. Numa linguagem um pouco mais técnica, podemos dizer que a intensão é uma função, no sentido matemático do termo, que toma como domínio um tempo e um mundo possível e devolve, como contra-domínio, uma extensão”. Termos como *minotauro* ou *unicórnio* são exemplos de termos intensionais. Na realidade convertamos um elemento, como na sentença (45), e introduzimos um

indivíduo de outro modelo de mundo, considerando assim um mundo possível.

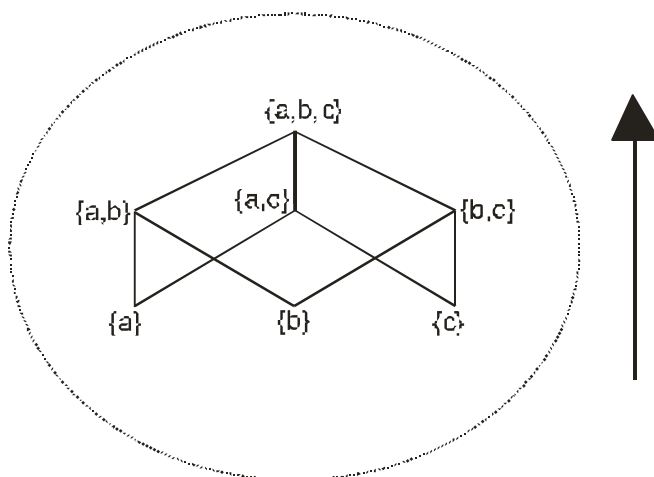
(46) O professor de linguística é careca.

(47) O unicórnio e o minotauro fizeram a última batalha.

c) o domínio dos indivíduos antes tomados como soma dos átomos ganha nova visão em Landmann – soma impura

Como vimos, parte dos indivíduos da denotação de *cadeira* é também cadeira. Parte do indivíduo de um termo de massa continua tendo a mesma propriedade cumulativa: parte de madeira é também madeira. Agora parte da denotação de *assembléia* continua sendo assembléia? Ou UFPR ou equipe médica? Desse modo, Landmann definiu esses termos (cadeiras e assembléia) como somas puras e somas impuras respectivamente. É tomada aqui a “conceituação do termo”, o seu sentido, ao invés de suas partes individuais em conjunto. A operação, simplificada, é dar uma função ao coletivo representada pela Figura que segue. Essa função é de união. Não há mais aqui apenas os indivíduos atômicos e suas somas, mas sim o grupo, como um ente só, atomizado.

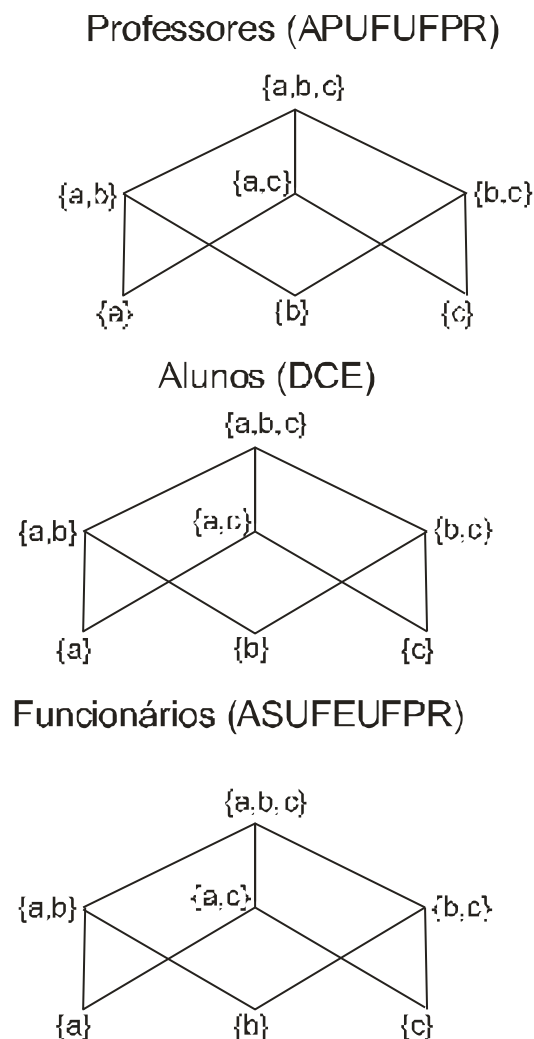
Figura 6 – Representação de sup-sub-reticulados de somas impuras



O sinal \uparrow é a função de atomização, de tornar a soma pura da denotação plural em uma impura da denotação do coletivo ou grupo. O reticulado supracitado poderia ser, por exemplo, a denotação do termo o time. A proposição de Landmann (1989) é que os grupos são representações independentes de seus indivíduos. Caso a equipe médica não conte mais com um integrante, ainda assim continuará com a designação de equipe médica, em razão de sua referência coletiva.

Se tomarmos, por exemplo, o termo “UFPR” para análise, veremos que há níveis de complexidades em sua denotação. Na Figura 7, procuramos estabelecer intuitivamente alguns conceitos que há nesse termo, procurando dar conta de mostrar que é um conjunto de grupos, ou somas impuras.

Figura 7 – Denotação de conjuntos de grupos ou somas impuras



Segundo Landmann, teríamos aqui um termo de grupo, o qual apresenta referência coletiva. Na Figura 7, temos a representação de UFPR como uma rede de relações que ocorre entre as diversas partes de que consiste esse termo. Destacamos na representação de reticulado algumas das propriedades de “UFPR”: professores, alunos, funcionários (não professores), mas obviamente poderíamos ter encontrado outros constituintes. Por meio dessa representação, é possível a visualização do que é a soma impura que há em alguns termos, entre eles os coletivos. Propomos que quanto maior o número de reticulados constituintes de um teermomais conceitual ele é, e maior a sua intensão.

3.6 Intersecção com a LT

Procuramos, nesse momento, atribuir a essa seção uma intersecção entre a semântica referencial e a LT. O objetivo é comparar algumas conclusões tomadas nas duas análises e buscar algumas semelhanças e diferenças entre elas.

No capítulo dedicado à LT, no exemplo (18), já exposto, foi demonstrado que o termo *sua família* é retomado pela anáfora pronominal *eles*. Concluímos que esse processo se dá por correferenciação, isto é, é um caso de equivalência semântica entre *família* e *eles*. Todos os indivíduos em *família* são retomados pela anáfora *eles*, denominada de *anáfora direta*.

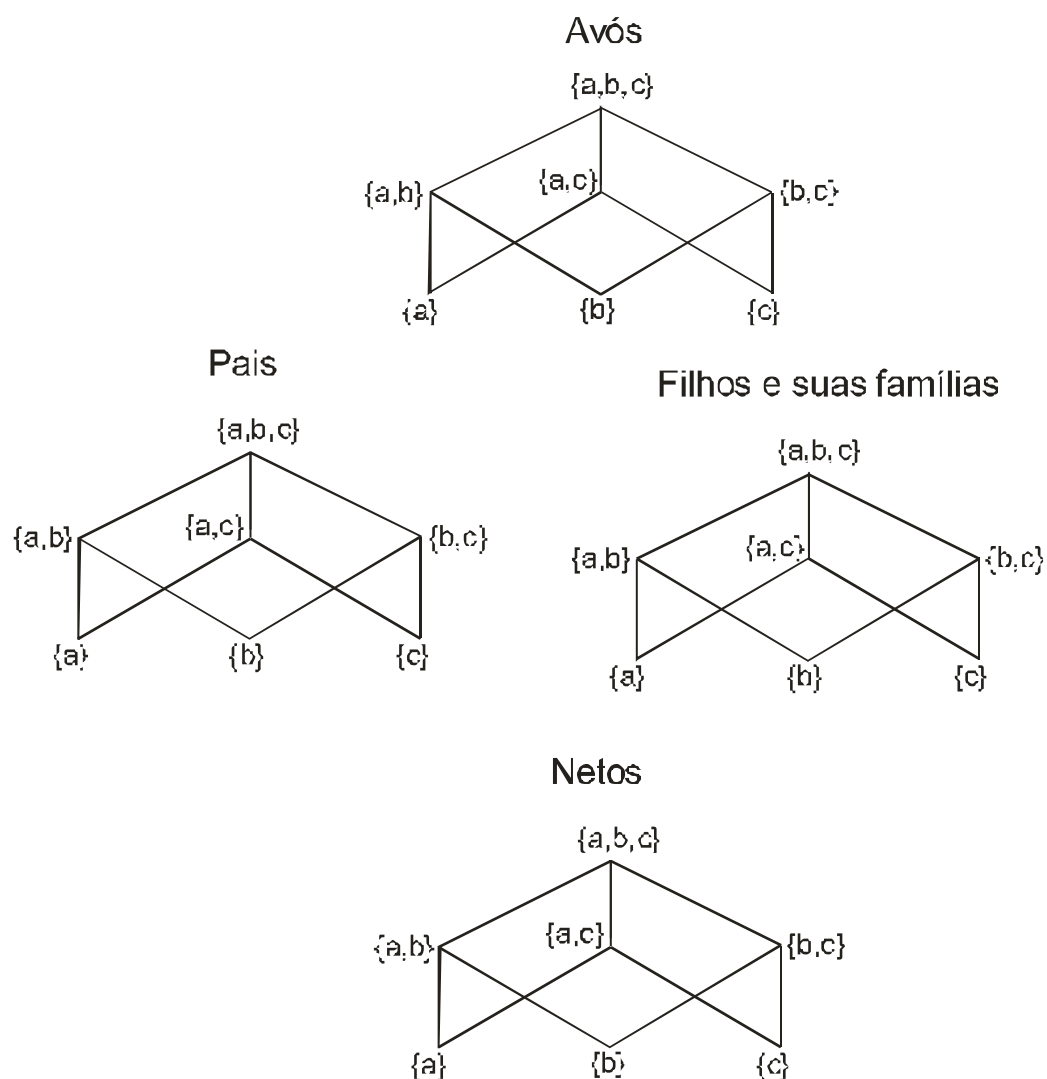
(18) *o idoso deseja descansar ao lado de **sua família**, essa, muitas vezes, o abandona e se esquece completamente o que esse ser tão especial fez por **eles**.*

Já com relação ao termo governo em (19), já apresentado, também analisado na seção de LT, temos um termo de grupo mais complexo. Em LT, analisamos o processo da retomada de *esse governo* por *eles* como uma retomada indireta. Ou seja, não é uma simples busca por referentes prévios, mas sim a introdução de um indivíduo novo no contexto de produção. Essa anáfora, como vimos, chama-se *anáfora indireta*.

(19) *a sociedade poderia se voltar contra **esse governo** e fazer com que **eles**, além de aumentar a aposentadoria dos idosos, lhes dessem uma vida digna de ser vivida (...).*

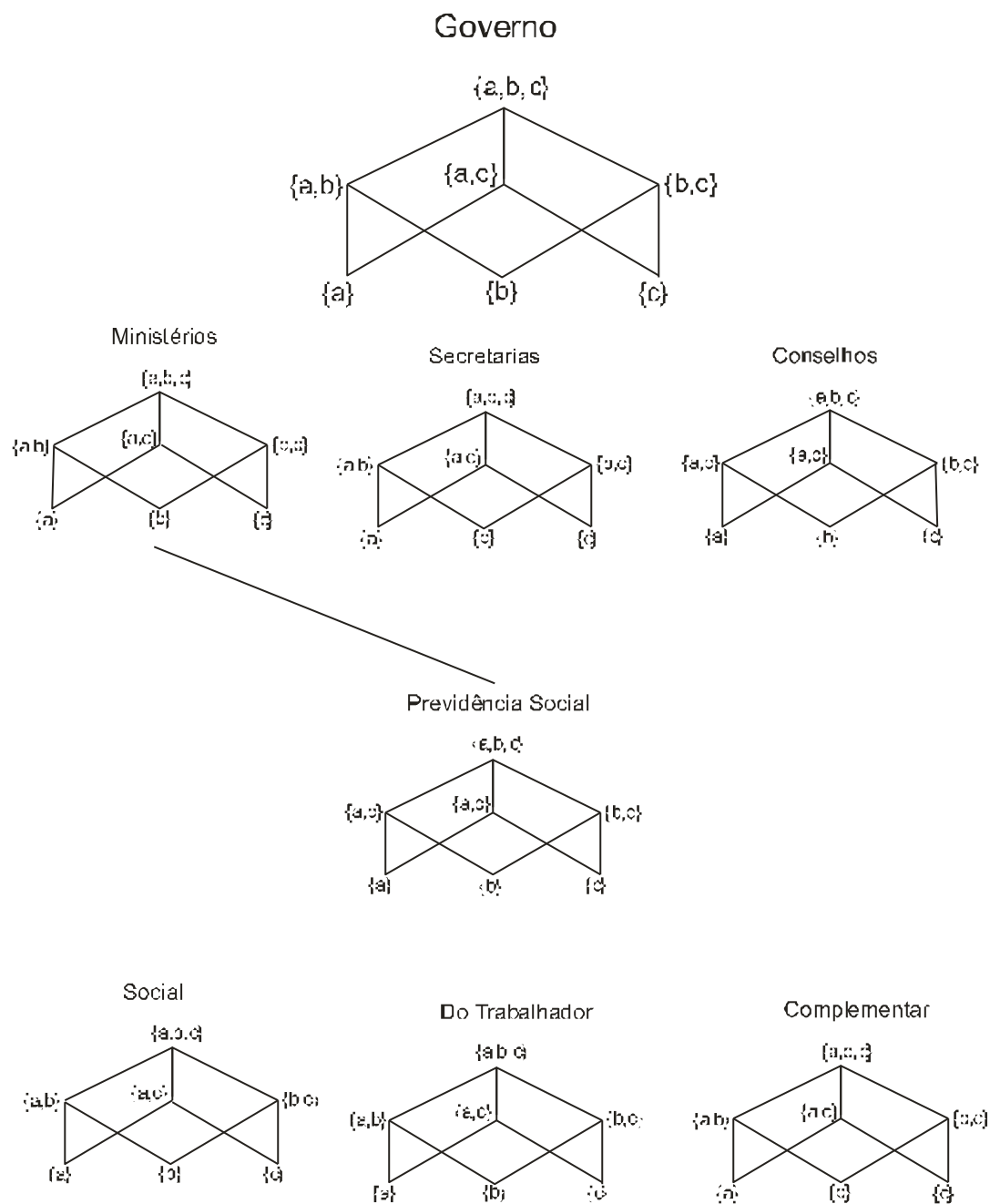
Parece que os termos *família* e *governo* têm também análise específica em modelo de reticulados, o que acarreta uma diferenciação entre eles. A complexidade desses termos também é evidenciada por esse viés semântico. Por meio do modelo mental que temos de *família* podemos supor a seguinte representação:

Figura 8 – O termo *família* no reticulado



Intuitivamente, parece que uma parte do reticulado família ainda é uma família. Isso corrobora a ideia de que há identificação semântica entre referente e anáfora, respectivamente: *família* e *eles*. Ao menos é possível que se estejamos falando de todos os familiares. A complexidade tanto discursiva como formal desse termo é menor do que a apresentada no termo *esse governo* como se estabelece na figura que segue.

Figura 9 – O termo *esse governo* em reticulado



Demonstramos aqui somente alguns dos setores que abrangem esse termo são ligados a questões administrativas, pois é o que sugere discursivamente. A complexidade com que se dá a sua formação torna nítida a relação de introdução de novo termo, como proposto em análise de LT, representado textualmente por *e/es* e conceitualmente pela área que trata de trabalhadores aposentados e idosos.

A intersecção entre as teorias pode assim nos mostrar que a retomada textual de um coletivo por um elemento plural tem explicação na sua semântica, o que licencia a anáfora. Dependendo da complexidade do termo, evidenciada na sua representação em reticulado, essa retomada pode ser direta ou indireta.

Considerações do terceiro capítulo

Neste capítulo, podemos perceber algumas peculiaridades a respeito do significado de um coletivo. Entender como elementos como denotação, sentido e referência caracterizam os coletivos foi o primeiro passo neste capítulo. Com ele, pudemos visualizar algumas respostas, sendo que a mais importante delas, referente à denotação, foi estendida à teoria do reticulado.

Nesta, foi possível desvelar algumas peculiaridades composicionais dos coletivos, o que pode explicar alguns comportamentos desses termos, principalmente no que se refere à sua singularidade e pluralidade.

Na verdade, identificar que alguns coletivos contêm conjuntos dentro de si só foi possível através da teoria do reticulado, cuja estrutura e representação foram possíveis em processos de relações de reticulados.

Com isso, uma intersecção com a LT, na qual é possível responder às questões de correferenciação e anáfora indireta, se realizou no final deste capítulo, mostrando que ora pode ser retomado todo o conjunto do coletivo, ora parte dele.

CAPÍTULO 4. ANÁLISE DE TEXTOS SOB A PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA E DA SEMÂNTICA REFERENCIAL

Passamos agora a aplicar as conclusões encontradas nos primeiros três capítulos ao *corpus* de textos aqui adotado. Optar por alguns dos gêneros contidos no suporte de meios jornalísticos foi uma escolha que se deu principalmente em razão da variedade linguística que encontraríamos nestes textos, com autores também bastante variados. Como já pudemos observar, são textos extraídos de dois jornais de grande circulação estadual e nacional, *Folha de São Paulo* e *Gazeta do Povo*. A coleta desse material se deu quinzenalmente até o momento em que atingiu o número de 80 textos, que foi um número considerado suficiente para o objetivo deste trabalho.

O método estruturado para a construção desta dissertação até aqui foi: sair de um estudo que tem como base o texto; depois, analisar formal e semanticamente os dados investigados; por fim, retornar aos textos, buscando respostas aos questionamentos iniciais.

A partir de agora, faremos uma análise desses gêneros estudados no *corpus* desta pesquisa. Abordaremos as duas perspectivas, LT e SR, utilizando-se das ideias desenvolvidas ao longo do texto. O objetivo básico continua sendo o mesmo com o qual iniciamos esta dissertação: em LT, verificar o comportamento anafórico de uma recuperação de um coletivo; em SR, verificar como ocorre ambiguidade de coletivos. Segue, assim, a análise, respectivamente, dos gêneros notícia, reportagem, artigos esportivos e de opinião.

4.1 Notícia

(48) ***A coligação Frente Trabalhista Social Cristã (PSL – PTC – PT do B – PRP) retirou a candidatura de Rivaldo Soares (PSL) ao governo de Pernambuco e anunciou, ontem em Recife, o advogado Antonio Rueda como seu substituto. As punições foram impostas em razão de denúncias contra o PSL feitas pelo próprio***

*candidato no horário eleitoral gratuito de TV. Soares disse que o **partido** se transformou em um "balcão de negócios" e que negociava apoio político a favor da candidatura de Eduardo Campos (PSB). (...) Soares terá direito a apresentar defesa no **TRE (Tribunal Regional Eleitoral)**. A substituição da sua candidatura ainda depende de aprovação pela Justiça Eleitoral. **O PSB** nega ter negociado o apoio político.*

(Texto: *Candidato ao governo de Pernambuco é substituído e expulso de partido*, de Agência Folha, Folha de São Paulo – 16/09/2006)

Análise pelo viés da LT

Há no texto os seguintes sintagmas nominais coletivos: *a coligação Frente Trabalhista Social Cristã (PSL – PTC – PT do B – PRP)*, *o governo de Pernambuco*, *o PSL*, *o partido* e *o TRE*. Com relação a questões de LT, em referenciação, vemos duas questões interessantes no que se refere às retomadas textuais que interessam a esse estudo. Primeiro, é o caso, por exemplo, de *o PSL* recuperar, por correferenciação, o primeiro coletivo a *coligação Frente Trabalhista Social Cristã (PSL – PTC – PT do B – PRP)*. Para *o PSL* podemos atribuir de *anáfora direta*, na medida em que apenas parte do referente é recuperada, característica que vimos na seção 2.3.1 deste estudo. É um referente retomado textualmente, em uma relação de parte-todo, lembrando-se que é possível ocorrer esse tipo de processo em coletivos. Ainda há outra retomada por correferenciação acontece com o referente *o partido* que recupera somente *o PSL* e não com toda a coligação, em identificação bi-unívoca.

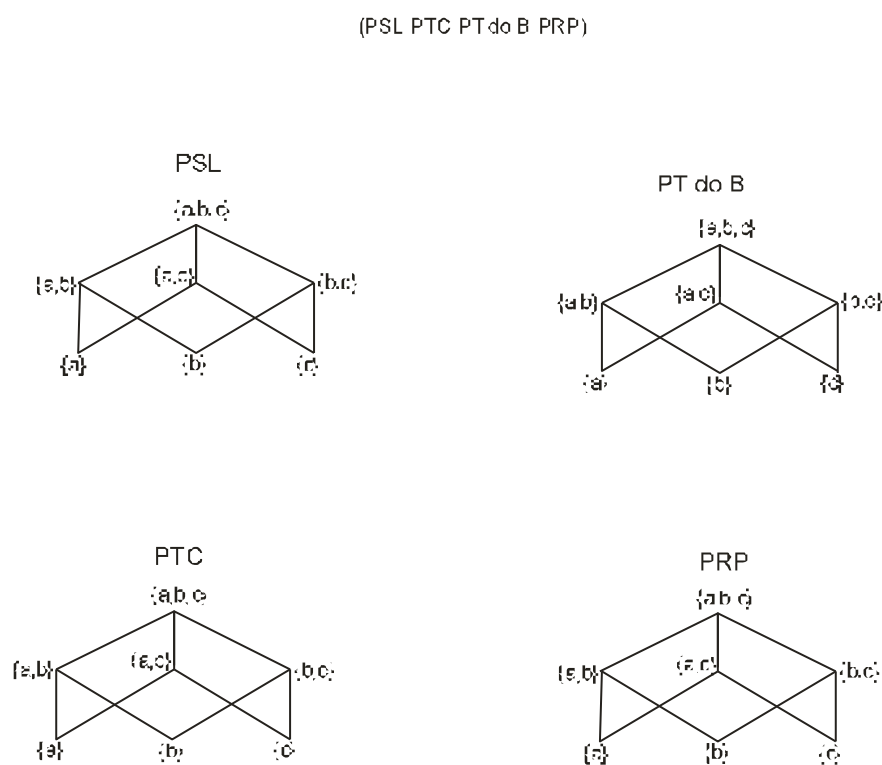
Segundo, é interessante notar que, caso ocorresse ambiguidade semântica em um processo de retomada pronominal, esta seria correferencial. Imaginemos que no lugar do termo *o PSL* tivesse uma construção textual com a anáfora *eles*. Levando em conta o conteúdo informativo entre parênteses, *eles* recuperaria o todo da “coligação” ou parte desse referente, ou seja, PSL, PTS, PT do B e PRP. Pragmaticamente, parece claro pensarmos que uma recuperação anafórica ocorreria com *eles*,

porque uma construção com *e/la* tornaria a sentença de difícil compreensão.

Análise pelo viés da SR e da teoria do reticulado

O reticulado de *A coligação Frente Trabalhista Social Cristã (PSL-PTC-PT do B-PRP)* apresenta algumas características já visualizadas neste estudo. Segundo Landmann (1989), consta nele uma soma impura de elementos, ou seja, não são indivíduos da mesma espécie. No reticulado que segue temos uma representação desse sintagma:

Figura 10 – O sintagma coligação no reticulado



Levando em conta os pressupostos da semântica referencial, vemos que há dois termos coletivos com referência bem sucedida nesse texto e que

a eles podem ser submetidas diferentes análises a respeito de sua referência, que é o caso de *partido* e o próprio *A coligação Frente Trabalhista Social Cristã (PSL-PTC-PT do B-PRP)*. Esta última expressão apresenta referência coletiva segundo Lyons (1977), pois aponta para o sentido de todo o grupo, em vez de uma referência distributiva. Enquanto o *partido* contém em sua natureza uma soma (pura) de indivíduos, (cuja retomada textual geralmente será mediante correferenciação), a “coligação” apresenta um complexo conjunto de conjuntos indivíduos. O primeiro caso tem como denotação a soma dos indivíduos que juntos comporiam o *partido*, e o segundo, um conjunto composto de conjuntos (mais ou menos independentes) de partidos que formam a *coligação*. Por meio da visualização da denotação e da referência desse termo coletivo, a ambiguidade semântica fica evidenciada: em meio ao conteúdo informacional que há nesse coletivo, uma retomada pronominal anafórica dele também ocorreria, provavelmente no plural. Obviamente, uma anáfora singular também pode ser usada, mas pelas análises do *corpus* além de isso ser um fato raro, somente comprova a tese de que o coletivo é composto de uma pluralidade e de uma singularidade.

4.2 Reportagem

(49) *O aquecimento global está ocorrendo de forma mais rápida do que se imaginava e as temperaturas médias da Terra em 2100 serão ainda mais altas do que previam os cientistas.*

(...)

O cingalês Mohan Munasinghe esteve no Brasil participando do **simpósio Dimensões Éticas das Mudanças Climáticas**, promovido pelo **Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas** e pela **Coppe** (Coordenação de Pós-Graduação em Engenharia) da UFRJ e encerrado anteontem no Rio. (...)

O último Relatório de Avaliação do painel, divulgado em 2001, estabelece que as temperaturas do planeta em 2100 estarão de 1,5°C a 5,8°C mais altas. Ambos os extremos têm probabilidade baixa de

*acontecer. O cenário mais provável fala em mais de 3°C, o que já seria suficiente para uma catástrofe global: a essa temperatura, por exemplo, a floresta amazônica entraria em colapso. (...) Além disso, ‘(nós) **temos** agora um número muito maior de modelos. Isso dá mais confiança no sentido de direção, e alguma confiança sobre o valor médio das temperaturas’.*

Evidências frias

*Segundo o pesquisador, as evidências de aceleração da mudança climática a serem apresentadas pelo **IPCC** vêm sobretudo de estudos geofísicos, como os que evidenciam o derretimento de geleiras e gelo marinho no Ártico e a aceleração do fluxo de geleiras na calota polar da Antártida ocidental. (...)*

*‘**Esses estudos** dão essa indicação mesmo antes do quarto relatório’, afirmou o cientista. (...)*

"É difícil fazer as coisas mesmo sem pressão política num painel desses", afirma o cingalês. Ele diz que as recomendações do 4º Relatório de Avaliação aos governos do mundo todo são simples: "É preciso tomar providências o quanto antes. Deveria haver pressões éticas dos cientistas por um corte maior de emissões. Mas isso não vai acontecer, na minha opinião, porque os países tomam decisões com base em interesses nacionais".

(Texto: Terra esquentada mais que o previsto, diz painel da ONU, de Cláudio Angelo, Folha de São Paulo, 02/09/2006)

Análise pelo viés da LT

Os termos negritados no segundo parágrafo *Simpósio Dimensões Éticas das Mudanças Climáticas* e *Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas*, UFRJ e Coppe representam grupos, aos quais é possível de se adequar à expressão utilizada na tese de Cristo (2005), que são “inanimados com elementos humanos”.

Para entendermos a questão de “objetos de discurso” da proposta de Mondada e Dubois (2003), destacamos dois termos neste texto: UFPR e Coppe. Segundo as autoras, os atores textuais são negociados a partir do contexto de produção e do gênero e no qual se encontram. As sentenças que criamos a seguir possibilitam uma reflexão sobre essa proposta, de modo a explicitar suas características:

(50) A UFPR abre as inscrições para o vestibular.

(51) A UFPR vence a prova no Band Pé no Rio.

(52) A UFPR inventa primeiro robô que sobe escadas.

A análise que segue tem como objetivo entender esse processo de a referência se dar por objetos do discurso. No primeiro caso (50), quando tomamos para análise o termo “UFPR”, vemos que este é carregado de um caráter institucional, ou seja, é o órgão do governo em seu sentido mais restrito. Em (51), é um elemento mais direcionado a conhecedores do programa Band Pé No Rio, da Rede Bandeirantes, no qual equipes formadas por integrantes que cursam universidades fazem tarefas que envolvem temáticas de cunho ambiental. Assim aqui UFPR é um setor da universidade, um curso ou um grupo de alunos. Em (52), provavelmente teríamos um contexto voltado à área de informática, em que alguns cursos ou setores estariam envolvidos.

Assim, esses exemplos traduzem o processo que vai do textual ao cognitivo, defendido por Mondada e Dubois (2003), sendo que “UFPR” se caracteriza aqui como um objeto do discurso.

Análise pelo viés da SR e da teoria do reticulado

A análise feita pelo viés da LT acarreta algumas considerações em SR. Por exemplo, o termo “IPCC” se refere a um grupo de pesquisa, mas que é retomado por *esses estudos*, em uma recuperação de parte-todo

desse coletivo. Contudo, IPCC tem a característica de conter em sua denotação uma complexidade de elementos. Tem, sim, referência de mundo, pois, segundo Lyons (1977), diferencia-se num contexto como este de outros grupos de pesquisa. A sua denotação é mais difícil de ser explicitada. Realmente o termo *esses estudos* pode retomar *IPCC* (pelos exemplos que já analisamos, isso é possível). Esse processo também se dá com o já explicitado *o partido*, que também pode se utilizar dessa mesma análise. Criando uma intersecção com a LT, parece mais lógico aqui pensar nos termos dependentes do texto, os quais seriam negociados de acordo com a sua ocorrência, e não com um comportamento léxico já pronto.

O cingalês Mohan Munasinghe é um sintagma nominal definido com referência bem sucedida, pois evidencia um indivíduo dentro de um dado contexto: **simpósio** – o cingalês + os indivíduos do evento formando o coletivo. Para Landmann, uma propriedade da soma impura é a possibilidade de formarmos uma sentença na qual o coletivo (grupo) e parte dele interagem no mesmo contexto. Um exemplo disso é a sentença (56) que segue:

(56) O simpósio Dimensões Éticas das Mudanças Climáticas e Mohan Munasinghe foram os destaques do ano em produções a respeito de alterações climáticas.

4.3 Artigos esportivos

Um dos textos mais significativos para esta dissertação foi o artigo esportivo, pela excessiva quantidade de coletivos e pelo grande número de ocorrências de ambiguidade semântica. Dos textos jornalísticos analisados, resultou que, dentre eles, o que mais apresenta termos de grupo com recuperação anafórica indireta plural ocorreu em textos esportivos. Os sintagmas de coletivo como *time*, *equipe*, *grupo*, *seleção*, *clube*, *torcida*, *delegação* etc. estão muito enraizados nesse modelo de gênero textual.

(57) *Para chegar à semifinal do Campeonato Paranaense, o **Paraná** conta com algo que até agora não teve em 2006: o apoio maciço da torcida. O **clube** é apenas o sétimo em média de público no torneio e espera, no segundo jogo contra o Iraty, amanhã, no Pinheirão, sua melhor renda no ano. (...)*

*A iminente possibilidade de estar entre os quatro times que após a rodada do fim de semana vão permanecer na disputa do título (pois joga pelo empate), faz os **jogadores** acreditarem que chegou a hora de terem apoio das arquibancadas.*

*'Estamos esperando que **eles** (os torcedores) dêem credibilidade para o nosso grupo. Estamos merecendo, pois depois de muito descrédito por parte de todos no início do campeonato nós estamos perto das semifinais', disse o zagueiro Neguette. (...)*

*'Naquele momento estávamos ameaçados de não classificar. Depois da vitória contra o **Coritiba** (por 3 a 0, que iniciou a atual série de cinco triunfos seguidos) já tivemos muito mais apoio. Tenho certeza de que contra o **Iraty a torcida** vai nos ajudar e isso faz uma grande diferença', avaliou o centroavante Leonardo. (...)*

*'Fiquei muito feliz em ver nossos **torcedores** lá. Tenho certeza de que agora o Pinheirão vai estar cheio para nos ajudar a conquistar a classificação. É gostoso jogar com o estádio cheio', afirmou. (...)*

(Texto: Paraná convoca torcida para decisão, de Robson de Lazzaria, Caderno de Esportes, Gazeta do Povo, 01/04/2006)

Análise pelo viés da LT

No primeiro termo destacado no texto, há um típico coletivo (o Paraná), que, por vezes pode representar o nome instituição, da empresa e por vezes remeter a um coletivo que são os jogadores que atuam por essa instituição (ou até mesmo outros indivíduos contidos nesse coletivo). Assim,

ênfatisam aqui que a interpretação só se dará no momento da interlocução em que os termos bem caracterizam “objetos do discurso” (MONDADA E DUBOIS, 2003).

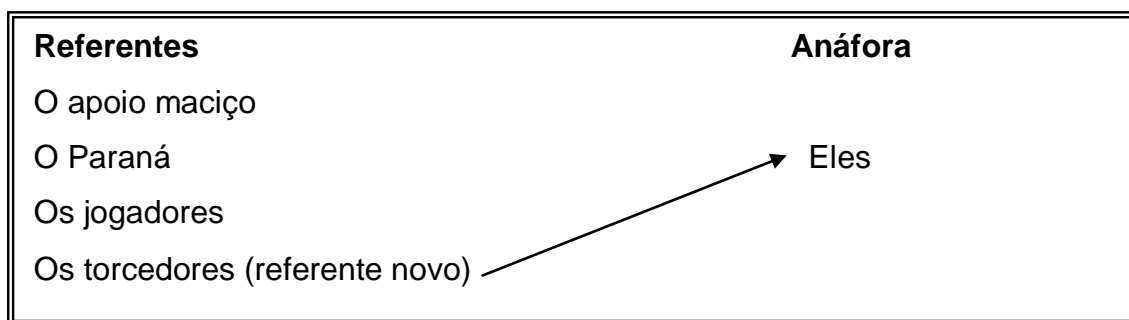
Podemos observar que na primeira referenciação desse coletivo – na retomada pelo termo *o clube* – ocorre o que muito bem postulou Kock (2004) como uma recategorização, ou seja, ocorre que elementos antecedentes, como *o Paraná*, recebem outra categoria – recategorização –, por meio de extensão lexical quando da relação de hiperonímia, chegando assim na anáfora *o clube*.

Já no que se refere à relação *o Paraná* com *os jogadores*, o caso é bem diferente. Primeiro, acontece que é uma recuperação de um coletivo por termo plural, processo que vimos depender da situação textual. Segundo, temos que descartar a possibilidade de o termo representar a instituição, com seus Departamentos de Administração, de *Marketing*, de Vendas, pois remete somente ao time de futebol (evidencia aqui a relação de negociação textual). Assim a anáfora não tem antecedente textual prévio, como podemos observar no quadro abaixo:

Referente	Anáfora
<i>O Paraná</i> -----	Jogadores
<i>O Paraná (parte)</i> -----	Administração
<i>O Paraná (parte)</i> -----	Marketing

Por outro lado, a anáfora *eles* não retoma nenhum elemento previamente posto, mas sim um elemento recorrente em ambientes futebolísticos: torcedores. Esses são ativados dentro um cenário mental da área desse esporte, o que remete à análise de Marcuschi (2005), na qual essa relação é dada por modelos mentais como *frames*, cenários, *scripts* etc.. Esse tipo de anáfora pode ser ativada por meio de itens lexicais, mas isso não é exclusivo. Parece que nesse exemplo ocorre uma recuperação da

sequência *o apoio maciço da torcida*, mas que só é possível essa análise em razão ação licenciada em razão da citação da fala do jogador *estamos esperando que eles* (os torcedores)[...]. Segue a representação dessa referenciação:



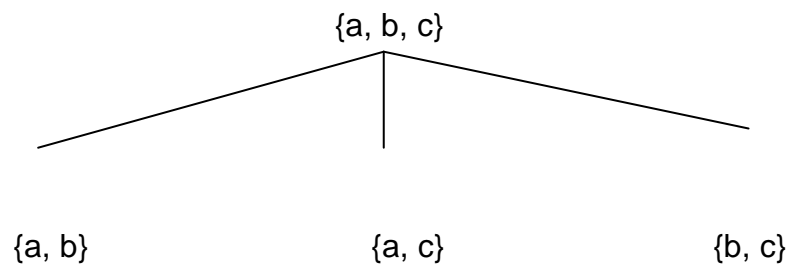
Análise pelo viés da SR e da teoria do reticulado

Vemos que a utilização de *o Paraná* ou *o clube*, apesar de parecerem denotar os mesmos indivíduos, essas expressões não têm o mesmo sentido no contexto ou no co-texto, e o conteúdo informacional de cada um desses elementos é diferenciado. *O Paraná* tem referência bem-sucedida, principalmente se tomarmos sua análise textual, quando é retomado inferencialmente por *os jogadores*. Podemos observar que é um coletivo institucional, mas que contextualmente vemos que representa indivíduos humanos.

O termo anafórico *os jogadores* e o termo referente *o Paraná* apresentam desenhos de reticulado diferentes. Para o primeiro (aqui forjaremos a análise em um conjunto contendo apenas três indivíduos), temos uma representação de soma de indivíduos de mesma natureza – qualquer parte de jogadores continua sendo jogadores. Podemos inferir, nesse exemplo, que *os jogadores*, quando passam por um processo de “coletivização”, passam ao sintagma *o Paraná*, que depois, por recategorização, passa a *o clube*. Já caso tomemos o coletivo do Paraná em partes separadas desse conjunto, podemos recuperar ora jogadores, ora dirigentes, ora funcionários. Assim, um termo coletivo, ou de grupo, além de

denotar uma pluralidade de indivíduos pode também denotar um conjunto complexo de indivíduos, acarretando em uma singularidade e uma pluralidade, intrínsecas a ele.

Figura 11 – O plural os jogadores no sub-sup-reticulado



Devemos lembrar que no plural não chegamos aos termos atômicos. A sua configuração permanece nas combinações de indivíduos, ou seja, os jogadores $\{a,b,c\}$ podem ser resultantes da soma $\{a + b\}$, $\{a + c\}$ ou $\{b + c\}$. Já o coletivo apresenta, além de diversas somas internas, também relações com outros conjuntos.

4.4. Artigos de opinião

Os textos de opinião, em especial os dedicados a analisar o governo brasileiro, contêm muitos termos coletivos, pois são uma ferramenta bastante recorrente nesse gênero. Exemplificamos esse gênero com o texto que segue:

(58) *A melhor notícia do ano foi a quebra do sigilo **dos fundos de pensão das estatais**, o levantamento dos véus da **Petros (Petrobrás), Previ (Banco do Brasil) e Funcef (Caixa Econômica)**. Seus **subterrâneos** assemelham-se às cloacas de Paris de “**Os miseráveis**”. Com R\$ 270 bilhões em investimentos são, há tempo, a caixa d’El Rey. Nos últimos anos **a Viúva** tapou mais de R\$ 30 bilhões nos buracos **desse queijo suíço**. O melhor negócio do mundo é ter um **desses fundos** como sócio. Quando dá lucro, **os***

***mandarins** vão comprar camisas n'Ó Corte Inglês, em Lisboa. Quando há prejuízo, choram no BNDES em nome dos aposentados. Lula acaba de dar um alívio de R\$ 1 bilhão à Brasil Ferrovias, **obra-prima da privataria tucana**, em que a Funcef e a Previ atolaram centenas de milhões de reais. Só no Banco Santos **os fundecas** “perderam” R\$ 1 bilhão.*

(Texto: As macromaracutaías dos fundos, *Gazeta do Povo*. Caderno Brasil. Elio Gaspari, 2005)

Análise pelo viés da LT

Podemos observar que a referência dos termos, principalmente os destacados, se dá no texto e no co-texto de produção, em uma negociação com o leitor. A expressão *viúva*, por exemplo, tem uma característica que carrega esse aspecto: não se refere a um indivíduo no mundo que contenha essa qualidade (de *viúva*), mas sim é o nome dado pelo autor à máquina do Estado. A ocorrência de conjuntos de coletivos dentro de coletivos, também é um recurso interessante utilizado aqui, sendo que o mais abrangente deles é *Câmara dos Deputados*.

Com relação às anáforas, tem-se aqui a retomada, por meio da anáfora *desses fundos*, das expressões *Petros (Petrobrás)*, *Previ (Banco do Brasil)* e *Funcef (Caixa Econômica)*. Tomando a análise do segundo capítulo, temos aqui uma anáfora direta, pois ocorre uma convergência para um mesmo referente textual e cognitivo. O mesmo se dá na referenciação envolvendo *seus subterrâneos*, num processo anafórico que recupera o referente que está na segunda linha (os fundos). É interessante notar que, ao efetuar a relação anafórica, temos também a ideia de que há uma qualidade intrínseca a esse termo: *seus subterrâneos*.

Como anáfora indireta, temos a ocorrência do termo *mandarins*, o qual insere um indivíduo novo no discurso, por meio da ancoragem à ideia de que grandes empresas têm em sua estrutura funcionários de alto escalão. Essa anáfora indireta, como vimos, conforme Marcuschi (2003, p. 63) é denominada de “Al baseadas em esquemas cognitivos e modelos

mentais” como *frames*, *scripts*, cenários etc. Obviamente, ela traz também uma característica pejorativa relacionada ao referente, mas essa questão não será tratada neste estudo, em razão de fugir de nosso direcionamento teórico.

Já o termo *fundecas* está no final de uma sequência de uma série de retomadas, processo que é denominado de cadeia anafórica. Esta se inicia em *dos fundos de pensão das estatais* e assume os papéis de *Petros*, *Previ* e *Funcef*; *desses fundos*, *seus subterrâneos*; *desse queijo suíço*; *os mandarins* e *os fundecas*. Podemos observar que tanto *fundecas* quanto *mandarins* são anáforas indiretas que introduzem elementos novos e recuperam textualmente a pluralidade do coletivo.

Análise pelo viés da SR e da teoria do reticulado

De acordo com os textos analisados em SR, se levarmos a risca a noção de referência dessa área, teremos pela frente uma barreira muito grande, pois poucos termos têm referência concreta no texto de Gaspari. Os coletivos são formados por somas impuras de acordo com a classificação de Landmann (1989).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nossa pesquisa procurando defender uma hipótese de que os termos coletivos são ambíguos semanticamente. Contudo, esse fenômeno não poderia ser verificado com base em uma teoria que tivesse como objeto de estudo a sentença, pois poderíamos transformar a sentença (1) em (58):

(58) **A equipe** médica se reuniu ontem. **Ela** teve muitas divergências de ideias.

Em (58), temos uma sentença produzida, artificial, e que poderia não corresponder às realizações em textos concretos. A saída para isso foi passar a um campo que detivesse uma gama diversificada de discursos, nos quais houvesse realizações discursivas do fenômeno proposto. Os jornais *Gazeta do Povo* e *Folha de São Paulo* foram, pois, as escolhas. Com o corpus definido, evidenciou-se claramente a utilização desse recurso como uma ferramenta de construção textual. Assim a ideia de o coletivo ser singular e ao mesmo tempo plural efetivava-se na referência (o que já era um trabalho de fôlego), e desse modo uma teoria de texto seria suficiente para suprir essa necessidade. Mas, ainda persistia a lacuna que só poderia ser resolvida num estudo de semântica. Em razão disso, utilizamos a semântica referencial, a qual possibilitou explicar formalmente essa questão, mesmo percebendo que havia um grande distanciamento epistemológico entre as duas teorias.

Antes de adentrarmos em questões linguísticas, visitamos diferentes conceitos de termos coletivos, abordando o modo como são vistos e classificados em manuais de gramática da língua portuguesa. A observação mais contundente foi a de que pouco se exploram esses termos, principalmente no que se referem a poderem ser instrumentos de construção textual. A ambiguidade semântica, a questão mais específica em que nos detivemos, não é um problema de linguagem, quando, por exemplo, de uma retomada do coletivo com um verbo plural. Levam-se em conta nesse

processo aspectos linguísticos muito mais complexos, os quais pudemos verificar nas seções de linguística textual e semântica referencial.

A partir desse ponto, alguns aspectos podem ser afirmados mais fortemente que outros, embora este estudo tenha sido apenas uma porta para maiores aprofundamentos. Um deles é mostrar que não há como instituir uma anáfora como própria para os coletivos nesses processos de referenciação, para os quais tomamos como base, principalmente, os estudos Marcuschi (2002, 2005). Por esse modelo, pudemos observar indícios e regularidades no comportamento desses termos, e o resultado se deu em duas espécies de anáforas, as quais foram analisadas em diversos exemplos e mais especificamente no quarto capítulo desta dissertação. As anáforas são, pois, fundamentais para parcialmente defendermos a hipótese desta pesquisa, chegando à questão da ambiguidade.

A referência, em LT, abrangida textualmente entre texto e co-texto parece resolver inúmeros casos nas progressões textuais, principalmente para casos ambíguos de retomada textual. Dessa forma, a referência, vista sob o foco de estudos de Mondada e Dubois (2003), evidencia que os elementos que compõem um texto são negociados e interpretados no ato comunicativo, constituindo a ideia de que os elementos discursivos são “objetos do discurso”.

Semanticamente, cada caso de termo coletivo teve de ser analisado e testado. Procuramos uma referência para alguns coletivos, assim como uma denotação e um sentido; contudo, no desenvolvimento do estudo, vimos que podemos nos deparar com um coletivo instável (abstrato ou intensional).

Para responder a essa questão, apropriamo-nos da teoria do reticulado, com a qual pudemos chegar a uma denotação mais precisa desses termos. Nesse capítulo, observamos que há coletivos com vários níveis de complexidade, iniciando nossa pesquisa pelos estudos de Link (1983), os quais precisaram de um aprofundamento teórico por meio da teoria de grupos de Landmann (1989).

Com o desenvolvimento desses estudos, pudemos afirmar com uma maior convicção que os termos coletivos têm uma formação com singular e plural e que eles denotam somas impuras. A visão aqui adotada tentou

abranger o fenômeno na consonância entre LT e SR, procurando não criar campos de intersecção que forjassem uma análise impossível. Procuramos estudar cada paradigma de modo independente e depois, para algumas questões intuitivas, arriscamos algumas intersecções entre as teorias. Esperamos que tenhamos alcançado tal propósito.

REFERÊNCIAS

APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M.M.; RODRIGUES B.B; CIULLA A. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BENTES, Anna Christina. Linguística textual. In: Mussalin, Fernanda; Bentes, Anna Christina (orgs.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, v 1. 2001.

BORGES NETO, J. **Para um tratamento da quantificação**. São Paulo: Gel, 2002.

BRONCKART, J-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: Educ, 2003.

CAVALCANTE, M.M. **Expressões Referenciais – Uma proposta classificatória**. Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, p. 105 – 118, Jan./Jun. 2003.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CRISTO, C. G. T de. **Progressão referencial em redações on-line**. Curitiba. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos): Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2005.

DEMO. P. **Metodologia da investigação em educação**. Curitiba: Ibpex, 2005.

FARACO, C. A. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2004.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. V. **Linguística textual**. São Paulo: Cortez. 1983.

FRANCHI, C. **Linguagem, atividade constitutiva**. Cadernos de estudos linguísticos, n. 22, p. 9-41, 1977.

GONÇALVES, M. A. **Questões de linguagem**. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura. 2001.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. 1976. **Cohesion in english**. London, Longman.

ILARI, R. Alguns problemas no estudo da anáfora textual. In: KOCH, I.V.; MORATO E.M.; A.C. BENTES (org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2003.

ILARI, R.; BUIN, E.; ZANIN, G. **KLEIBER, Georges (2001). L'anaphore associative, Paris: Presses Universitaires de France. 385 p. (Coleção "Linguistique Nouvelle")**. Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, p. 335 – 372, Jan./Jun. 2003.

KOCH, I. V. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I.V; MORATO E.M.; A.C. BENTES (org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, I.V. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: **Sentido e Significação. Em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 245-262.

KOCH, I.V; MARCUSCHI, L.A. **Processos de referenciação na produção discursiva**. Delta, v. 14, 1998, pp. 169-90.

LANDMANN, F. **Groups I** – in linguistics and philosophy 17:447-480. 1989a.

LYONS. J. **Semantics**. 2 vols. London & New York: Cambridge University Press, 1973.

LYONS, J. *Semântica*. Lisboa: Presença; Martins Fontes, 1977. v. 1.

MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I.V.; MORATO, E.M.; A.C. BENTES (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCUSCHI, L.A. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: Dionísio, A. P. *et al.* Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria C.F.; LOPES, Elizabeth V. L. **Manual de sintaxe**. Santa Catarina: Insular, 2004.

MILNER, J. C. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, M.M; B.B. RODRIGUES; A. CIULLA (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M.M; B.B. RODRIGUES; A. CIULLA (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

MULLER, A. L. A expressão da genericidade nas línguas naturais. In: Muller, A. L.; NEGRÃO, E.V.; FOLTRAN, M.J. **Semântica formal**. São Paulo: Contexto, 2003.

MULLER, A. L. A semântica do sintagma nominal. In: Muller, A. L.; NEGRÃO, E.V.; FOLTRAN, M.J. **Semântica formal**. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA e SILVA, G. M. de. **Um caso de definitude**. Organon, Porto Alegre, v.18, p. 90-108, 1991.

ROCHA LIMA, C. H da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. pg. 68; 69; 70.

SILVA, Luciana Pereira. **Retratos da linguística textual no Brasil: gel e abralin**. Curitiba. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos): Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2005.

WACHOWICZ, Tereza Cristina. A semântica dos reticulados para os plurais em PB. In MULLER, A.L; NEGRÃO, E,V; FOLTRAN, M.J. (org.). **Semântica formal**. São Paulo: Contexto. 2003.